

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA EIXO FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO 2021

1 - DADOS DO FUNDO ESTADUAL OU DISTRITAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Unidade Federativa - Piauí

Lei de criação do Fundo Estadual - Lei Estadual 7.156 de 2 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí em 26 de novembro de 2018 página 02

CNPJ do Fundo Estadual ou Distrital - 32.925.161/0001-82

Dados do responsável pelo Fundo Estadual de Segurança Pública:

Nome - Rubens da Silva Pereira

Cargo – Secretário Estadual de Segurança Pública

CPF - 641.770.929-91

Contato: 86 9946-32236; gabinetessppi@gmail.com

Dados do responsável pela gestão do Fundo Estadual de Segurança Pública:

Dados do responsável pelo Fundo Estadual de Segurança Pública:

Nome - Rubens da Silva Pereira

Cargo – Secretário Estadual de Segurança Pública

CPF - 641.770.929-91

Contato: 86 9946-32236; gabinetessppi@gmail.com

Contatos da equipe responsável pela elaboração do Plano de Aplicação:

Nome – Martinho Rodrigues de Vasconcelos Neto

Cargo – Gerente de Gestão do SUSP

CPF - 88318389387

Contato: 86 981653180; martinhovneto@gmail.com

2 - EIXO DE FINANCIAMENTO E RECURSO DESTINADO

Nome do Eixo Financiável: FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Valores

Investimento: R\$ R\$ 15.333.297,52

Custeio: R\$ R\$ 6.567.413,21

Valor Total: R\$ R\$ 21.900.710,73

3 - METAS GERAIS PLANEJADAS

META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR

Valor Total da Meta: R\$ 7.087.000,00

AÇÃO 1 (META1): Aquisição de Viaturas para a PMPI - VALOR DA AÇÃO 1: R\$ 3.360.000,00

AÇÃO 2 (META1): Aquisição de computadores para a PMPI- VALOR DA AÇÃO 2: R\$ 1.500.000,00

AÇÃO 3 (META1): Aquisição de Munição para a PM PI - VALOR DA AÇÃO 3: R\$ 1.500.000,00

AÇÃO 4 (META1): Cursos de Treinamento e Aperfeiçoamento da PMPI PI - VALOR DA AÇÃO 4 R\$ 500.000,00

AÇÃO 5 (META1): Aquisição de Fardamento com acessórios para a PM PI - VALOR DA AÇÃO 5 R\$ 500.000,00

AÇÃO 6 (META1): Aquisição de Pistolas 9mm para a PM PI - VALOR DA AÇÃO 6 R\$ 1.000.000,00

AÇÃO 7 (META1): Aquisição algemas de pulso para a PM PI - VALOR DA AÇÃO 7 R\$ 500.000,00

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL

Valor Total da Meta: R\$ 6.357.000,00

AÇÃO 1 (META2): Aquisição de Viaturas para a PCPI - VALOR DA AÇÃO 1: R\$ 1.287.000,00

AÇÃO 2 (META2): Aquisição de computadores para a PCPI- VALOR DA AÇÃO 2: R\$ 1.000.000,00

AÇÃO 4 (META2): Aquisição de Munição para a PC PI - VALOR DA AÇÃO 4: R\$ 1.000.000,00

AÇÃO 5 (META2): Cursos de Treinamento e Aperfeiçoamento da ACADEPOL - VALOR DA AÇÃO 5 R\$ 800.000,00

AÇÃO 6 (META2): Aquisição de Fardamento com acessórios para a PC PI - VALOR DA AÇÃO 5 R\$ 300.000,00

AÇÃO 7 (META2): Aquisição de Pistolas 9mm para a PC PI- VALOR DA AÇÃO 7 R\$ 1.000.000,00

AÇÃO 8 (META2): Aquisição algemas de pulso para a PC PI - VALOR DA AÇÃO 7 R\$ 500.000,00

META GERAL 3: FORTALECIMENTO DO BOMBEIRO MILITAR

Valor Total da Meta: R\$ 5.099.413,21

AÇÃO 1 (META 4): Aquisição de Viaturas para BM- VALOR DA AÇÃO 1: R\$ 1.287.000,00

AÇÃO 2 (META 4): Aquisição de computadores para BM- VALOR DA AÇÃO 2: R\$ 1.000.000,00

AÇÃO 3 (META 4): Aquisição de Munição para BM - VALOR DA AÇÃO 3: R\$ 200.000,00

AÇÃO 4 (META 4): Aquisição de Veículos especializados em combate a incêndio para o BM - VALOR DA AÇÃO 5 R\$ 1.742.000,00

AÇÃO 5 (META 4) Cursos de Treinamento e Aperfeiçoamento do BM - VALOR DA AÇÃO 5 R\$ R\$ 367.413,21

AÇÃO 6 (META 4): Aquisição de Fardamento com acessórios para BM- VALOR DA AÇÃO 6 R\$ 200.000,00

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Valor Total da Meta: R\$ R\$ 2.157.297,52

AÇÃO 1 (META 4): Aquisição de Viaturas para SSP- VALOR DA AÇÃO 1: R\$ 1.157.297,52

AÇÃO 2 (META 4): Aquisição de computadores para SSP- VALOR DA AÇÃO 2: R\$ 1.000.000,00

4 - JUSTIFICATIVA

4 – Meta com Ações Comuns entre as Instituições

4.1 - AÇÃO 1 (META1): Aquisição de Viaturas para a PMPI

Contextualização do problema: É cediço que, embora já tenha ocorrido investimento nessa área, a política de renovação da frota visa completar os claros decorrentes da exclusão das viaturas mais velhas, bem como substituir aquelas que começam a apresentar problemas crônicos de manutenção, cujo custo inviabiliza a permanência na frota, uma vez que a despesa anual relativa a reforma de veículo oficiais não poderá exceder a limites antieconômicos.

É importante destacar que as viaturas policiais são submetidas a condições severas de trabalho, vez que são empregadas diuturnamente por motoristas e equipes policiais que se revezam, além do mais, percorrem os mais variados tipos de terrenos, desde áreas nobres, com excelentes níveis de infraestrutura, até as localidades mais carentes, que não possuem, sequer, pavimentação nas vias. Acrescente que, por vezes, as viaturas são exigidas diante da necessidade da realização de deslocamentos e manobras rápidas, especialmente em situações emergenciais, que impliquem riscos à segurança dos policiais e da sociedade, fatores que, somados, contribuem para abreviar a vida útil das viaturas.

Para fazer frente às necessidades operacionais da Instituição, faz-se necessária a aquisição de viaturas policiais, compreendidas como veículos devidamente adaptados. Ainda faz coro ao aqui apresentado recente auditoria do TCE/PI diagnosticando a urgente necessidade de renovação da frota da SSP/PI, PC/PI, PM/PI e CBM/PI, o que se presta a realizar com a presente ação.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema): Neste contexto apresentamos excerto de relatório de auditoria do TCE/PI:

Tomados como amostra o período de janeiro a março de 2020, os relatórios de abastecimento de veículos demonstram que a realização de despesas de caráter antieconômico com manutenção acima de 50% do valor de mercado do veículo. Tomou-se como referência o valor registrado na Tabela FIPE para o mesmo período, adotando-se como critério de antieconomicidade os gastos de manutenção realizados acima de 50% do valor estabelecido na referida tabela. Em razão de alguns modelos possuem versões diferentes, adotou-se como referência a versão com maior valor.

Dessa forma, foram encontrados exemplos de despesas em percentual antieconômico com a manutenção de veículos, conforme segue: [...]

Além desses veículos, outros foram enquadrados na mesma situação, no Relatório da Diretoria de Fiscalização Especializada (DFESP) deste Tribunal (Processo TC/000610/2020). O Decreto Estadual no 14.386/2011, que disciplina a aquisição, locação e controle dos veículos oficiais do Poder Executivo estabeleceu, em seu artigo 10, algumas situações em que poderá ocorrer a renovação total ou parcial da frota, adotando como critério a economicidade. Dentre as situações listadas inclui em seu inciso IV: “histórico de custos de manutenção e estado de conservação que torne possível a previsão de que os custos de manutenção atingirão, em breve prazo, percentual antieconômico”.

Desta feita a aquisição de viaturas por parte do Sistema de Segurança do Piauí é medida urgente.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

A aquisição de viaturas incrementa o pronto atendimento à população e reforça o policiamento ostensivo.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

O reaparelhamento da Polícia Militar nesta fase se dará por meio da aquisição de viaturas motocicletas e veículos, os quais serão distribuídas conforme as análises das manchas criminais no estado e em especial da Capital. Com a ampliação dos meios, buscar-se-á ampliar a presença da polícia ostensiva nos locais com maiores índices criminais.

Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;
 - do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
 - do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
 - dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
 - da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

De forma direta, espera-se que com a implantação da ação haja uma maior efetividade no combate à criminalidade violenta, gerando com isso uma diminuição nos índices de violência e letalidade, por meio de uma maior rapidez no tempo de resposta do Estado frente às atividades ilícitas. Da mesma forma, espera-se haver uma redução nos gastos com a manutenção da frota, uma vez que veículos novos possuem uma vida útil superior, dando mais eficiência à resposta estatal. De forma indireta, espera-se que toda a população circunscrita aos Batalhões de Polícia Militar seja beneficiada com a diminuição dos gastos públicos com saúde bem como uma maior eficiência na resposta aos problemas sociais gerados pelo aumento da violência.

Formas de mensuração:

Na PM: Análise das ocorrências por meio dos registros do COPOM e tempo de resposta.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR					
AÇÃO 1 (META1): Aquisição de Viaturas para a PMPI - VALOR DA AÇÃO 1: R\$ 3.360.000,00					
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:			Polícia Militar		
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			Investimento: 3.360.000,00		
			Custeio: 0		
Metas Específicas			Aquisição de 40 Viaturas Motocicletas 800cc no período de um ano		
Indicadores			Número de viaturas disponíveis para o policiamento ostensivo		
			Número de abordagens		
Resultados Esperados			Aumento do efetivo em patrulha de motocicleta em 5%		
			Substituição de 5% das viaturas motocicletas com mais de 12 anos		
Formas de Mensuração			Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de viaturas - veículos e motocicletas - disponíveis antes e depois da execução da ação.		
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjudicações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Fornecimento
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Prazo de entrega conforme edital	Prazo de entrega conforme edital	Recebimento Provisório	Recebimento Definitivo	Pagamento	Prestação de Contas

4.2 - (META2): Aquisição de Viaturas para a PCPI.

Contextualização do problema: É cediço que, embora já tenha ocorrido investimento nessa área, a política de renovação da frota visa completar os claros decorrentes da exclusão das viaturas mais velhas, bem como substituir aquelas que começam a apresentar problemas crônicos de manutenção, cujo custo inviabiliza a permanência na frota, uma vez que a despesa anual relativa a reforma de veículo oficiais não poderá exceder a limites antieconômicos.

É importante destacar que as viaturas policiais são submetidas a condições severas de trabalho, vez que são empregadas diuturnamente por motoristas e equipes policiais que se revezam, além do mais, percorrem os mais variados tipos de terrenos, desde áreas nobres, com excelentes níveis de infraestrutura, até as localidades mais carentes, que não possuem, sequer, pavimentação nas vias. Acrescente que, por vezes, as viaturas são exigidas diante da necessidade da realização de deslocamentos e manobras rápidas, especialmente em situações emergenciais, que impliquem riscos

à segurança dos policiais e da sociedade, fatores que, somados, contribuem para abreviar a vida útil das viaturas.

Para fazer frente às necessidades operacionais da Instituição, faz-se necessária a aquisição de viaturas policiais, compreendidas como veículos devidamente adaptados. Ainda faz coro ao aqui apresentado recente auditoria do TCE/PI diagnosticando a urgente necessidade de renovação da frota da SSP/PI, PC/PI, PM/PI e CBM/PI, o que se presta a realizar com a presente ação.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema): Neste contexto apresentamos excerto de relatório de auditoria do TCE/PI:

Tomados como amostra o período de janeiro a março de 2020, os relatórios de abastecimento de veículos demonstram que a realização de despesas de caráter antieconômico com manutenção acima de 50% do valor de mercado do veículo. Tomou-se como referência o valor registrado na Tabela FIPE para o mesmo período, adotando-se como critério de antieconomicidade os gastos de manutenção realizados acima de 50% do valor estabelecido na referida tabela. Em razão de alguns modelos possuírem versões diferentes, adotou-se como referência a versão com maior valor.

Dessa forma, foram encontrados exemplos de despesas em percentual antieconômico com a manutenção de veículos, conforme segue: [...]

Além desses veículos, outros foram enquadrados na mesma situação, no Relatório da Diretoria de Fiscalização Especializada (DFESP) deste Tribunal (Processo TC/000610/2020). O Decreto Estadual no 14.386/2011, que disciplina a aquisição, locação e controle dos veículos oficiais do Poder Executivo estabeleceu, em seu artigo 10, algumas situações em que poderá ocorrer a renovação total ou parcial da frota, adotando como critério a economicidade. Dentre as situações listadas inclui em seu inciso IV: “histórico de custos de manutenção e estado de conservação que torne possível a previsão de que os custos de manutenção atingirão, em breve prazo, percentual antieconômico”.

Desta feita a aquisição de viaturas por parte do Sistema de Segurança do Piauí é medida urgente.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

A aquisição de viaturas incrementa o pronto atendimento à população, bem como otimiza o cumprimento de mandados e investigações policiais.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

O reaparelhamento da Polícia Civil nesta fase se dará por meio da aquisição de veículos, os quais serão distribuídas conforme a necessidade e déficit a ser apresentado pela Delegacia Geral do Estado do Piauí, frente a Delegacias de Polícia sem veículos adequados para cumprimento de mandados, diligências e investigação. Com a ampliação dos meios, buscar-se-á ampliar a atuação da polícia judiciária.

Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;
 - do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
 - do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
 - dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
 - da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

De forma direta, espera-se que com a implantação da ação haja uma maior efetividade no combate à criminalidade violenta, gerando com isso uma diminuição nos índices de violência e letalidade, por meio de uma maior rapidez no tempo de resposta do Estado frente às atividades ilícitas. Da mesma forma, espera-se haver uma redução nos gastos com a manutenção da frota, uma vez que veículos novos possuem uma vida útil superior, dando mais eficiência à resposta estatal. De forma indireta, espera-se que toda a população circunscrita aos Batalhões de Polícia Militar, das Delegacias de Polícia Civil, das Unidades do Corpo de Bombeiros Militar que receberão as novas viaturas, seja beneficiada com a diminuição dos gastos públicos com saúde bem como uma maior eficiência na resposta aos problemas sociais gerados pelo aumento da violência.

Formas de mensuração:

Na PC: Análise da quantidade de cumprimento de mandatos acima da média geral dos últimos três anos após a distribuição das viaturas, por meio de relatório circunstanciado.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL					
AÇÃO 1 (META2): Aquisição de Viaturas para a PCPI - VALOR DA AÇÃO 1: R\$ 1.287.000,00					
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:			Polícia Civil		
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			Investimento: 1.287.000,00		
			Custeio: 0		
Metas Específicas			Aquisição de 10 Viaturas no período de um ano		
Indicadores			Número de viaturas disponíveis para o cumprimento de mandados, diligências e investigação		
			Número de ordens de missão cumprida		
Resultados Esperados			Aumento do cumprimento de missão em 5%		
			Substituição de 5% das viaturas com mais de 12 anos		
Formas de Mensuração			Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de viaturas - veículos disponíveis antes e depois da execução da ação.		
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjudicações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Fornecimento
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Prazo de entrega conforme edital	Prazo de entrega conforme edital	Recebimento Provisório	Recebimento Definitivo	Pagamento	Prestação de Contas

4.3 - AÇÃO 1 (META 4): Aquisição de Viaturas para BM

Contextualização do problema: É cediço que, embora já tenha ocorrido investimento nessa área, a política de renovação da frota visa completar os claros decorrentes da exclusão das viaturas mais velhas, bem como substituir aquelas que começam a apresentar problemas crônicos de manutenção, cujo custo inviabiliza a permanência na frota, uma vez que a despesa anual relativa a reforma de veículo oficiais não poderá exceder a limites antieconômicos.

É importante destacar que as viaturas policiais são submetidas a condições severas de trabalho, vez que são empregadas diuturnamente por motoristas e equipes policiais que se revezam, além do mais,

percorrem os mais variados tipos de terrenos, desde áreas nobres, com excelentes níveis de infraestrutura, até as localidades mais carentes, que não possuem, sequer, pavimentação nas vias. Acrescente que, por vezes, as viaturas são exigidas diante da necessidade da realização de deslocamentos e manobras rápidas, especialmente em situações emergenciais, que impliquem riscos à segurança dos policiais e da sociedade, fatores que, somados, contribuem para abreviar a vida útil das viaturas.

Para fazer frente às necessidades operacionais da Instituição, faz-se necessária a aquisição de viaturas policiais, compreendidas como veículos devidamente adaptados. Ainda faz coro ao aqui apresentado recente auditoria do TCE/PI diagnosticando a urgente necessidade de renovação da frota da SSP/PI, PC/PI, PM/PI e CBM/PI, o que se presta a realizar com a presente ação.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema): Neste contexto apresentamos excerto de relatório de auditoria do TCE/PI:

Tomados como amostra o período de janeiro a março de 2020, os relatórios de abastecimento de veículos demonstram que a realização de despesas de caráter antieconômico com manutenção acima de 50% do valor de mercado do veículo. Tomou-se como referência o valor registrado na Tabela FIPE para o mesmo período, adotando-se como critério de antieconomicidade os gastos de manutenção realizados acima de 50% do valor estabelecido na referida tabela. Em razão de alguns modelos possuírem versões diferentes, adotou-se como referência a versão com maior valor.

Dessa forma, foram encontrados exemplos de despesas em percentual antieconômico com a manutenção de veículos, conforme segue: [...]

Além desses veículos, outros foram enquadrados na mesma situação, no Relatório da Diretoria de Fiscalização Especializada (DFESP) deste Tribunal (Processo TC/000610/2020). O Decreto Estadual no 14.386/2011, que disciplina a aquisição, locação e controle dos veículos oficiais do Poder Executivo estabeleceu, em seu artigo 10, algumas situações em que poderá ocorrer a renovação total ou parcial da frota, adotando como critério a economicidade. Dentre as situações listadas inclui em seu inciso IV: “histórico de custos de manutenção e estado de conservação que torne possível a previsão de que os custos de manutenção atingirão, em breve prazo, percentual antieconômico”.

Desta feita a aquisição de viaturas por parte do Sistema de Segurança do Piauí é medida urgente.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

A aquisição de viaturas incrementa o pronto atendimento à população, bem como otimiza o trabalho de vistorias para emissão de licenças de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

O reaparelhamento do Corpo de Bombeiro Militar nesta fase se dará por meio da aquisição de viaturas, os quais serão distribuídas conforme o planejamento do CBM anexo. Com a ampliação dos meios, buscar-se-á ampliar a presença da do CBM em todo estado, tendo pronto atendimento em cidades polo.

Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;
 - do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
 - do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
 - dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
 - da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

De forma direta, espera-se que com a implantação da ação haja uma maior efetividade no combate à criminalidade violenta, gerando com isso uma diminuição nos índices de violência e letalidade, por meio de uma maior rapidez no tempo de resposta do Estado frente às atividades ilícitas. Da mesma forma, espera-se haver uma redução nos gastos com a manutenção da frota, uma vez que veículos novos possuem uma vida útil superior, dando mais eficiência à resposta estatal. De forma indireta, espera-se que toda a população circunscrita aos Batalhões de Polícia Militar, das Delegacias de Polícia

Civil, das Unidades do Corpo de Bombeiros Militar que receberão as novas viaturas, seja beneficiada com a diminuição dos gastos públicos com saúde bem como uma maior eficiência na resposta aos problemas sociais gerados pelo aumento da violência.

Formas de mensuração:

No CBM: Análise da área de cobertura e tempo de respostas das execuções das vistorias prediais por meio dos registros das solicitações de demanda.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DO BOMBEIRO MILITAR					
AÇÃO 1 (META 4): Aquisição de Viaturas para BM- VALOR DA AÇÃO 1: R\$ 1.287.000,00					
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:			Corpo de Bombeiros Militar		
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			Investimento: 1.287.000,00		
			Custeio: 0		
Metas Específicas			Aquisição de 10 Viaturas no período de um ano		
Indicadores			Número de viaturas disponíveis para o combate a incêndio e resgate		
			Número de atendimentos de ocorrências solicitadas pelo 193		
Resultados Esperados			Aumento da capacidade de resposta em 5%		
			Substituição de 5% das viaturas com mais de 12 anos		
Formas de Mensuração			Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de viaturas disponíveis antes e depois da execução da ação.		
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjudicações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Fornecimento
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Prazo de entrega conforme edital	Prazo de entrega conforme edital	Recebimento Provisório	Recebimento Definitivo	Pagamento	Prestação de Contas

4.4 - Aquisição de Viaturas para SSP.

Contextualização do problema: É cediço que, embora já tenha ocorrido investimento nessa área, a política de renovação da frota visa completar os claros decorrentes da exclusão das viaturas mais velhas, bem como substituir aquelas que começam a apresentar problemas crônicos de manutenção,

cujo custo inviabiliza a permanência na frota, uma vez que a despesa anual relativa a reforma de veículo oficiais não poderá exceder a limites antieconômicos.

É importante destacar que as viaturas policiais são submetidas a condições severas de trabalho, vez que são empregadas diuturnamente por motoristas e equipes policiais que se revezam, além do mais, percorrem os mais variados tipos de terrenos, desde áreas nobres, com excelentes níveis de infraestrutura, até as localidades mais carentes, que não possuem, sequer, pavimentação nas vias. Acrescente que, por vezes, as viaturas são exigidas diante da necessidade da realização de deslocamentos e manobras rápidas, especialmente em situações emergenciais, que impliquem riscos à segurança dos policiais e da sociedade, fatores que, somados, contribuem para abreviar a vida útil das viaturas.

Para fazer frente às necessidades operacionais da Instituição, faz-se necessária a aquisição de viaturas policiais, compreendidas como veículos devidamente adaptados. Ainda faz coro ao aqui apresentado recente auditoria do TCE/PI diagnosticando a urgente necessidade de renovação da frota da SSP/PI, PC/PI, PM/PI e CBM/PI, o que se presta a realizar com a presente ação.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema): Neste contexto apresentamos excerto de relatório de auditoria do TCE/PI:

Tomados como amostra o período de janeiro a março de 2020, os relatórios de abastecimento de veículos demonstram que a realização de despesas de caráter antieconômico com manutenção acima de 50% do valor de mercado do veículo. Tomou-se como referência o valor registrado na Tabela FIPE para o mesmo período, adotando-se como critério de antieconomicidade os gastos de manutenção realizados acima de 50% do valor estabelecido na referida tabela. Em razão de alguns modelos possuírem versões diferentes, adotou-se como referência a versão com maior valor.

Dessa forma, foram encontrados exemplos de despesas em percentual antieconômico com a manutenção de veículos, conforme segue: [...]

Além desses veículos, outros foram enquadrados na mesma situação, no Relatório da Diretoria de Fiscalização Especializada (DFESP) deste Tribunal (Processo TC/000610/2020). O Decreto Estadual no 14.386/2011, que disciplina a aquisição, locação e controle dos veículos oficiais do Poder Executivo estabeleceu, em seu artigo 10, algumas situações em que poderá ocorrer a renovação total ou parcial da frota, adotando como critério a economicidade. Dentre as situações listadas inclui em seu inciso IV: “histórico de custos de manutenção e estado de conservação que torne possível a previsão de que os custos de manutenção atingirão, em breve prazo, percentual antieconômico”.

Desta feita a aquisição de viaturas por parte do Sistema de Segurança do Piauí é medida urgente.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

A aquisição de viaturas incrementa o pronto atendimento à população, bem como auxilia as atividades administrativas da SSP e ainda da Diretoria de Inteligência vinculada a Secretaria.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará a região metropolitana da Capital, sede da SSP/PI.

Estratégia de implementação:

O reaparelhamento da SSP/PI nesta fase se dará por meio da aquisição de veículos, os quais serão distribuídas conforme a necessidade e déficit realizado em levantamento realizado pela Coordenação de transporte, que acusou a necessidade imediata de 30 viaturas frente a recente fiscalização do TCE/PI. Com a ampliação dos meios, buscar-se-á ampliar a atuação da SSP/PI em suas atividades administrativas e ainda da Diretoria de Inteligência da SSP/PI.

Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;
 - do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
 - do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
 - dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
 - da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

Espera-se haver uma redução nos gastos com a manutenção da frota, uma vez que veículos novos possuem uma vida útil superior, dando mais eficiência à resposta estatal. De forma indireta, espera-se que toda a população seja beneficiada com a diminuição dos gastos públicos bem como uma maior eficiência na resposta aos problemas sociais gerados pelo aumento da violência.

Formas de mensuração:

Análise da economicidade da manutenção das viaturas disponível na SSP/PI.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 5: FORTALECIMENTO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA					
AÇÃO 1 (META 5): Aquisição de Viaturas para SSP- VALOR DA AÇÃO 1: R\$ 1.157.297,52					
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:			SSP/PI		
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			Investimento: 1.157.297,52		
			Custeio: 0		
Metas Específicas			Aquisição de 10 Viaturas no período de um ano		
Indicadores			Número de viaturas disponíveis para atividades administrativas da SSP		
			Diminuição dos contratos de locação de veículos da SSP.		
Resultados Esperados			Redução dos gastos com manutenção de viaturas de 5%		
			Substituição de 5% das viaturas com mais de 12 anos		
Formas de Mensuração			Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de viaturas disponíveis antes e depois da execução da ação.		
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjudicações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Fornecimento
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Prazo de entrega conforme edital	Prazo de entrega conforme edital	Recebimento Provisório	Recebimento Definitivo	Pagamento	Prestação de Contas

5.5.1 - AÇÃO 2 (META1): Aquisição de computadores para a PMPI;

Contextualização do problema: É cediço que, embora já tenha ocorrido investimento nessa área, a manutenção do parque de computadores dos órgãos de segurança contribui com o desenvolvimento das atividades destes, tendo em vista que desde a expedição de um memorando até o registro de inquérito policial ocorre por meio destas máquinas, buscando relatório anteriores, não houve êxito em apresentar uma aquisição consistente de computadores individuais nem pela SSP/PI nem pelos órgãos de Segurança Pública de forma individualizada.

Tal situação precariza a rotina diária de serviços, tanto administrativos, quanto finalísticos, mais ainda quando da implantação do SEI no estado, sendo premente necessidade de cada uma das unidades de segurança com parque de TI adequado a suas necessidades.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

Não se possui dados consolidados de investimento no parque de computadores dos órgãos de Segurança do Piauí, os investimentos são pontuais, sem padronização e as máquinas existentes são obsoletas, defasadas e sujeitas a panes das mais diversas.

Atualmente temos na PMPI, no Quartel do Comando Geral - (QCG) os seguintes Órgãos de apoio administrativo: 1ª Seção do Estado Maior Geral (PM/1); 2ª Seção do Estado Maior Geral (PM/2); 3ª Seção do Estado Maior Geral (PM/3); 4ª Seção do Estado Maior Geral (PM/4); 5ª Seção do Estado Maior Geral (PM/5); 6ª Seção do Estado Maior Geral (PM/6), Ajudância Geral; DP - Diretoria de Pessoal; DAL - Diretoria de Apoio Logístico; DEIP - Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa; DITEL – Diretoria de Telecomunicações. Ainda, 1º Batalhão de Polícia Militar; 5º Batalhão de Polícia Militar; 6º Batalhão de Polícia Militar; 8º Batalhão de Polícia Militar; 9º Batalhão de Polícia Militar; 13º Batalhão de Polícia Militar; Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual (BPRES); Batalhão de Policiamento de Guardas (BPGDa); Companhia Independente de Policiamento de Trânsito (CIPTran); Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA); 2ª Companhia Independente de Polícia Militar na capital e no Interior do Estado Companhia Independente de Policiamento Turístico (CIPTUR) - Luís Correia, 2º Batalhão de Polícia Militar – Parnaíba; 3º Batalhão de Polícia Militar – Floriano; 4º Batalhão de Polícia Militar - Picos; 5ª Companhia Independente de Polícia Militar – Paulistana; 7º Batalhão de Polícia Militar – Corrente; 10º Batalhão de Polícia Militar – Uruçuí; 11º Batalhão de Polícia Militar - São Raimundo Nonato; 12º Batalhão de Polícia Militar – Piripiri; 14º Batalhão de Polícia Militar – Oeiras; 15º Batalhão de Polícia Militar - Campo Maior; 19 Batalhão de Polícia Militar - Bom Jesus.

Todas estas unidades de Segurança Pública necessitam de computadores novos e da implementação de uma taxa de substituição de 25% ao ano, conforme explicitado na estratégia de implementação.

Com a aquisição pode-se destinar equipamentos mais modernos para um grupo que possuem, em suas atividades cotidianas, demandas que exigem computadores com melhor desempenho. Na compra de novos equipamentos para usuários deste grupo os equipamentos por eles utilizados serão encaminhados para os usuários que exijam menos de seus terminais no dia a dia. É importante que cada órgão e entidade da Administração Pública Estadual elabore a metodologia de rodízio e reuso de

equipamentos internos. a Este procedimento facilitará distribuição dos recursos entre as áreas dos órgãos e minimizará questionamentos.

Desta feita a aquisição de novos computadores por parte do Sistema de Segurança do Piauí é medida urgente.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

A Polícia Militar possui em seu patrimônio computadores ultrapassados, onde foram adquiridos em há muitos anos e se encontram com tecnologias obsoletas e incompatíveis para as aplicações computacionais atualmente.

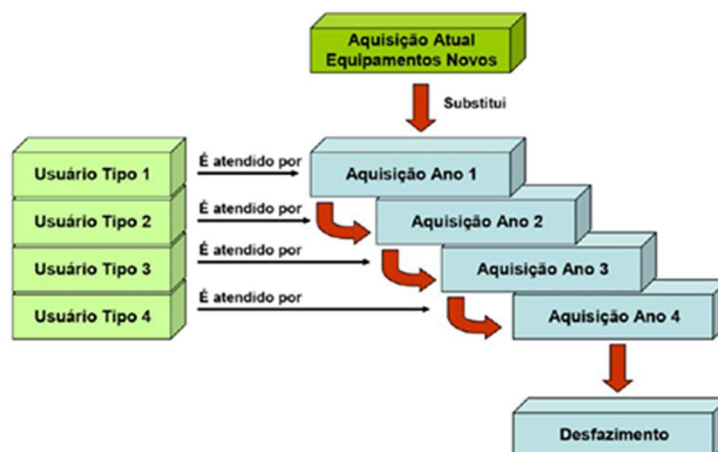
Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

Uma possibilidade para a definição da política de aquisição, objetivando racionalizar o montante de investimento requerido ao longo do tempo, é a aquisição parcelada dos ativos, com taxa de renovação de 25% ao ano. Dessa forma, tem-se a substituição integral dos ativos ao longo de 4 anos e a manutenção de 100% do parque em garantia de funcionamento e a disponibilidade de equipamentos com diferentes níveis de desempenho que podem ser usados de acordo com as atividades internas.

Com relação à política de realocação e reuso dos ativos de TI, é requerida a definição da metodologia de rodízio e reuso interno dos equipamentos, visando alocar os equipamentos mais modernos aos usuários cujas atividades cotidianas demandem maior capacidade computacional, a exemplo de engenheiros, projetistas e técnicos que utilizam softwares para processamento de imagens, cascadeando os demais equipamentos, ordenados por capacidade, aos demais usuários, definindo-se as prioridades de realocação com base nas atividades internas e sua necessidade de uso da tecnologia e capacidade computacional, entre outros fatores. Por fim, a política de descarte e desfazimento de equipamentos deve contemplar as ações previstas para desfazimento ao final da vida útil do equipamento, ajustada para o término da garantia de funcionamento, a exemplo de alienação, doação etc. A figura abaixo ilustra a estratégia de aquisição, realocação e descarte dos ativos de TI.



Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;
 - do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
 - do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
 - dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
 - da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

Entrega dos computadores em instituições de Segurança, otimizando assim o trabalho e dando agilidade na recuperação e pesquisa de dados, bem como nos processos realizados em delegacias especializadas, assim como também na PM, SSP, realização de procedimentos policiais que teriam uma demora bem maior na sua execução, a população seria beneficiada com acesso direto aos distritos, já que a falta de máquinas, impossibilita as vezes, ao atendimento imediato.

Formas de mensuração:

A entrega do bem na unidade de segurança pública, por meio do relatório de entrega. Relatório Circunstanciado da quantidade de máquinas com mais de um ano nas instituições

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR	
AÇÃO 2 (META1): Aquisição de computadores para a PMPI- VALOR DA AÇÃO 2: R\$ 1.500.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	Polícia Militar
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	Investimento: R\$ 1.500.000,00
	Custeio: 0

Metas Específicas		Aquisição de 250 computadores do tipo desktop ao longo de um ano			
Indicadores		Número de computados com menos de um ano disponível nos órgãos administrativos da PM			
Resultados Esperados		Substituição de 10% dos computadores disponíveis em 1 ano			
Formas de Mensuração		Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de computadores substituídos e disponíveis nos órgãos administrativos da PM			
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjudicações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Fornecimento
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Prazo de entrega conforme edital	Prazo de entrega conforme edital	Recebimento Provisório	Recebimento Definitivo	Pagamento	Prestação de Contas

5.2 - AÇÃO 2 (META2): Aquisição de computadores para a PCPI.

Contextualização do problema: É cediço que, embora já tenha ocorrido investimento nessa área, a manutenção do parque de computadores dos órgãos de segurança contribui com o desenvolvimento das atividades destes, tendo em vista que desde a expedição de um memorando até o registro de inquérito policial ocorre por meio destas máquinas, buscando relatório anteriores, não houve êxito em apresentar uma aquisição consistente de computadores individuais nem pela SSP/PI nem pelos órgãos de Segurança Pública de forma individualizada.

Tal situação precariza a rotina diária de serviços, tanto administrativos, quanto finalísticos, mais ainda quando da implantação do SEI no estado, sendo premente necessidade de cada uma das unidades de segurança com parque de TI adequado a suas necessidades.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

Não se possui dados de investimento no parque de computadores dos órgãos de Segurança do Piauí, os investimentos são pontuais, sem padronização e as máquinas existentes são obsoletas, defasadas e sujeitas a panes das mais diversas.

Na Polícia Civil em sua estrutura administrativa ligada a Delegacia Geral, temos: Unidade de Polícia Judiciária; Gerências de Armas e munições, Polícia Metropolitana, Delegacias Distritais, Delegacias Metropolitanas, Polícia Especializada, Delegacias Especializadas, Polícia do Interior, Delegacias Regionais de Polícia Civil, Corregedoria de Polícia Civil, Academia de Polícia, Departamento de Polícia

Científica e ainda 58 DP's, incluindo delegacias regionais, mais 26 Delegacias Metropolitanas e 28 Delegacias Especializadas.

Todas estas unidades de Segurança Pública necessitam de computadores novos e da implementação de uma taxa de substituição de 25% ao ano, conforme explicitado na estratégia de implementação.

Com a aquisição pode-se destinar equipamentos mais modernos para um grupo que possuem, em suas atividades cotidianas, demandas que exigem computadores com melhor desempenho. Na compra de novos equipamentos para usuários deste grupo os equipamentos por eles utilizados serão encaminhados para os usuários que exijam menos de seus terminais no dia a dia. É importante que cada órgão e entidade da Administração Pública Estadual elabore a metodologia de rodízio e reuso de equipamentos internos. Este procedimento facilitará distribuição dos recursos entre as áreas dos órgãos e minimizará questionamentos.

Desta feita a aquisição de novos computadores por parte do Sistema de Segurança do Piauí é medida urgente.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

A Polícia Civil possui em seu patrimônio computadores ultrapassados, onde foram adquiridos em há muitos anos e se encontram com tecnologias obsoletas e incompatíveis para as aplicações computacionais atualmente.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

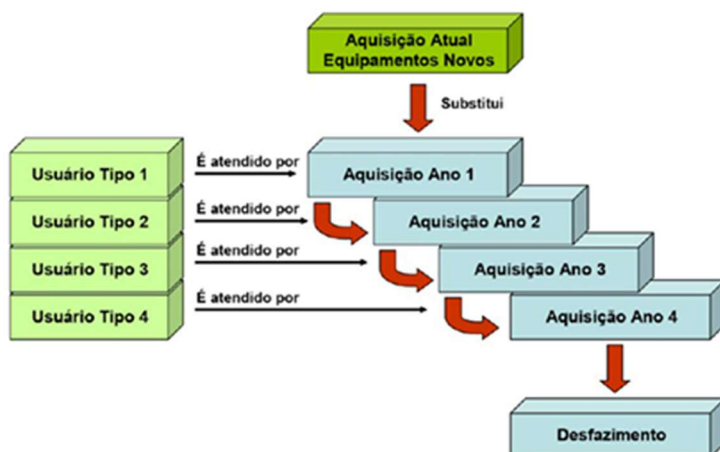
A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

Uma possibilidade para a definição da política de aquisição, objetivando racionalizar o montante de investimento requerido ao longo do tempo, é a aquisição parcelada dos ativos, com taxa de renovação de 25% ao ano. Dessa forma, tem-se a substituição integral dos ativos ao longo de 4 anos e a manutenção de 100% do parque em garantia de funcionamento e a disponibilidade de equipamentos com diferentes níveis de desempenho que podem ser usados de acordo com as atividades internas.

Com relação à política de realocação e reuso dos ativos de TI, é requerida a definição da metodologia de rodízio e reuso interno dos equipamentos, visando alocar os equipamentos mais modernos aos usuários cujas atividades cotidianas demandem maior capacidade computacional, a exemplo de engenheiros, projetistas e técnicos que utilizam softwares para processamento de imagens, cascadeando os demais equipamentos, ordenados por capacidade, aos demais usuários, definindo-se as prioridades de realocação com base nas atividades internas e sua necessidade de uso da tecnologia

e capacidade computacional, entre outros fatores. Por fim, a política de descarte e desfazimento de equipamentos deve contemplar as ações previstas para desfazimento ao final da vida útil do equipamento, ajustada para o término da garantia de funcionamento, a exemplo de alienação, doação etc. A figura abaixo ilustra a estratégia de aquisição, realocação e descarte dos ativos de TI.



Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;
 - do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
 - do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
 - dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
 - da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

Entrega dos computadores em instituições de Segurança, otimizando assim o trabalho e dando agilidade na recuperação e pesquisa de dados, bem como nos processos realizados em delegacias especializadas, realização de procedimentos policiais que teriam uma demora bem maior na sua execução, a população seria beneficiada com acesso direto aos distritos, já que a falta de máquinas, impossibilita as vezes, ao atendimento imediato.

Formas de mensuração:

A entrega do bem na unidade de segurança pública, por meio do relatório de entrega. Relatório Circunstanciado da quantidade de máquinas com mais de um ano nas instituições

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL					
AÇÃO 2 (META2): Aquisição de computadores para a PCPI- VALOR DA AÇÃO 2: R\$ 1.000.000,00					
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:			Polícia Civil		
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			Investimento: R\$ 1.000.000,00		
			Custeio: 0		
Metas Específicas			Aquisição de 165 computadores do tipo desktop ao longo de um ano		
Indicadores			Número de computados com menos de um ano disponível nos órgãos administrativos da PC		
Resultados Esperados			Substituição de 10% dos computadores disponíveis em 1 ano		
Formas de Mensuração			Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de computadores substituídos e disponíveis nas unidades da PC		
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjudicações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Fornecimento
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Prazo de entrega conforme edital	Prazo de entrega conforme edital	Recebimento Provisório	Recebimento Definitivo	Pagamento	Prestação de Contas

5.3 - AÇÃO 2 (META 4): Aquisição de computadores para BM.

Contextualização do problema: É cediço que, embora já tenha ocorrido investimento nessa área, a manutenção do parque de computadores dos órgãos de segurança contribui com o desenvolvimento das atividades destes, tendo em vista que desde a expedição de um memorando até o registro de

inquérito policial ocorre por meio destas máquinas, buscando relatório anteriores, não houve êxito em apresentar uma aquisição consistente de computadores individuais nem pela SSP/PI nem pelos órgãos de Segurança Pública de forma individualizada.

Tal situação precariza a rotina diária de serviços, tanto administrativos, quanto finalísticos, mais ainda quando da implantação do SEI no estado, sendo premente necessidade de cada uma das unidades de segurança com parque de TI adequado a suas necessidades.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

Não se possui dados de investimento no parque de computadores dos órgãos de Segurança do Piauí, os investimentos são pontuais, sem padronização e as máquinas existentes são obsoletas, defasadas e sujeitas a panes das mais diversas.

No CBM Temos a Estrutura do Comando Geral e no Interior 1º SGBM / 3º GBM (Parnaíba), 1º SGBM / 4º GBM (Picos), 1º SGBM / 5º GBM (Foriano), 1º SGBM / 6º GBM (Piripiri), 1º SGBM / 8º GBM (São Raimundo Nonato)

Todas estas unidades de Segurança Pública necessitam de computadores novos e da implementação de uma taxa de substituição de 25% ao ano, conforme explicitado na estratégia de implementação.

Com a aquisição pode-se destinar equipamentos mais modernos para um grupo que possuem, em suas atividades cotidianas, demandas que exigem computadores com melhor desempenho. Na compra de novos equipamentos para usuários deste grupo os equipamentos por eles utilizados serão encaminhados para os usuários que exijam menos de seus terminais no dia a dia. É importante que cada órgão e entidade da Administração Pública Estadual elabore a metodologia de rodízio e reuso de equipamentos internos. Este procedimento facilitará distribuição dos recursos entre as áreas dos órgãos e minimizará questionamentos.

Desta feita a aquisição de novos computadores por parte do Sistema de Segurança do Piauí é medida urgente.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

O Bombeiro Militar possui em seu patrimônio computadores ultrapassados, onde foram adquiridos em há muitos anos e se encontram com tecnologias obsoletas e incompatíveis para as aplicações computacionais atualmente.

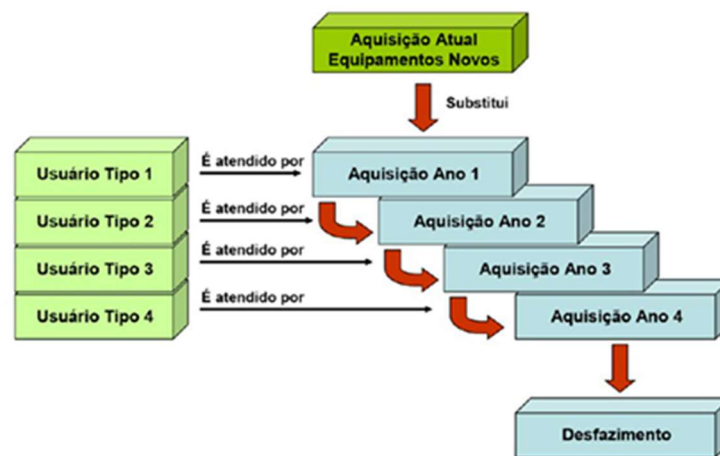
Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

Uma possibilidade para a definição da política de aquisição, objetivando racionalizar o montante de investimento requerido ao longo do tempo, é a aquisição parcelada dos ativos, com taxa de renovação de 25% ao ano. Dessa forma, tem-se a substituição integral dos ativos ao longo de 4 anos e a manutenção de 100% do parque em garantia de funcionamento e a disponibilidade de equipamentos com diferentes níveis de desempenho que podem ser usados de acordo com as atividades internas.

Com relação à política de realocação e reuso dos ativos de TI, é requerida a definição da metodologia de rodízio e reuso interno dos equipamentos, visando alocar os equipamentos mais modernos aos usuários cujas atividades cotidianas demandem maior capacidade computacional, a exemplo de engenheiros, projetistas e técnicos que utilizam softwares para processamento de imagens, cascadeando os demais equipamentos, ordenados por capacidade, aos demais usuários, definindo-se as prioridades de realocação com base nas atividades internas e sua necessidade de uso da tecnologia e capacidade computacional, entre outros fatores. Por fim, a política de descarte e desfazimento de equipamentos deve contemplar as ações previstas para desfazimento ao final da vida útil do equipamento, ajustada para o término da garantia de funcionamento, a exemplo de alienação, doação etc. A figura abaixo ilustra a estratégia de aquisição, realocação e descarte dos ativos de TI.



Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;

- do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
- do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
- dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
- da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

Entrega dos computadores em instituições de Segurança, otimizando assim o trabalho e dando agilidade na recuperação e pesquisa de dados, bem como nos processos administrativos e de fiscalização do CBM evitando uma demora bem maior na sua execução, a população seria beneficiada com acesso direto aos distritos, já que a falta de máquinas, impossibilita as vezes, ao atendimento imediato.

Formas de mensuração:

A entrega do bem na unidade de segurança pública, por meio do relatório de entrega. Relatório Circunstanciado da quantidade de máquinas com mais de um ano nas instituições

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DO BOMBEIRO MILITAR	
AÇÃO 2 (META 4): Aquisição de computadores para BM- VALOR DA AÇÃO 2: R\$ 1.000.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	CBM
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	Investimento: R\$ 1.000.000,00
	Custeio: 0
Metas Específicas	Aquisição de 165 computadores do tipo desktop ao longo de um ano
Indicadores	Número de computados com menos de um ano disponível nos órgãos administrativos do CBM
Resultados Esperados	Substituição de 10% dos computadores disponíveis em 1 ano
Formas de Mensuração	Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de computadores substituídos e disponíveis nos órgãos administrativos do CBM
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022	
2º Semestre de 2022	

Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjucações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Fornecimento
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Prazo de entrega conforme edital	Prazo de entrega conforme edital	Recebimento Provisório	Recebimento Definitivo	Pagamento	Prestação de Contas

5.4 - AÇÃO 2 (META 4): Aquisição de computadores para SSP.

Contextualização do problema: É cediço que, embora já tenha ocorrido investimento nessa área, a manutenção do parque de computadores dos órgãos de segurança contribui com o desenvolvimento das atividades destes, tendo em vista que desde a expedição de um memorando até o registro de inquérito policial ocorre por meio destas máquinas, buscando relatório anteriores, não houve êxito em apresentar uma aquisição consistente de computadores individuais nem pela SSP/PI nem pelos órgãos de Segurança Pública de forma individualizada.

Tal situação precariza a rotina diária de serviços, tanto administrativos, quanto finalísticos, mais ainda quando da implantação do SEI no estado, sendo premente necessidade de cada uma das unidades de segurança com parque de TI adequado a suas necessidades.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

Não se possui dados de investimento no parque de computadores dos órgãos de Segurança do Piauí, os investimentos são pontuais, sem padronização e as máquinas existentes são obsoletas, defasadas e sujeitas a panes das mais diversas.

Na SSP/PI, temos aproximadamente 150 computadores distribuídos nos setores administrativos além de mais 50 na Diretoria de Inteligência. Todos estes estão defasados, já que o último investimento faz mais de 10 anos.

Todas estas unidades de Segurança Pública necessitam de computadores novos e da implementação de uma taxa de substituição de 25% ao ano, conforme explicitado na estratégia de implementação.

Com a aquisição pode-se destinar equipamentos mais modernos para um grupo que possuem, em suas atividades cotidianas, demandas que exigem computadores com melhor desempenho. Na compra de novos equipamentos para usuários deste grupo os equipamentos por eles utilizados serão encaminhados para os usuários que exijam menos de seus terminais no dia a dia. É importante que cada órgão e entidade da Administração Pública Estadual elabore a metodologia de rodízio e reuso de equipamentos internos. Este procedimento facilitará distribuição dos recursos entre as áreas dos órgãos e minimizará questionamentos.

Desta feita a aquisição de novos computadores por parte do Sistema de Segurança do Piauí é medida urgente.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

A Secretaria de Segurança Pública do Piauí possui em seu patrimônio computadores ultrapassados, onde foram adquiridos em há muitos anos e se encontram com tecnologias obsoletas e incompatíveis para as aplicações computacionais atualmente.

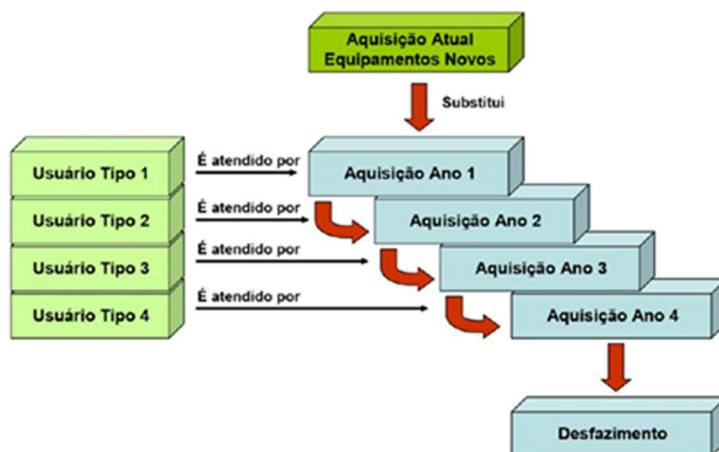
Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

Uma possibilidade para a definição da política de aquisição, objetivando racionalizar o montante de investimento requerido ao longo do tempo, é a aquisição parcelada dos ativos, com taxa de renovação de 25% ao ano. Dessa forma, tem-se a substituição integral dos ativos ao longo de 4 anos e a manutenção de 100% do parque em garantia de funcionamento e a disponibilidade de equipamentos com diferentes níveis de desempenho que podem ser usados de acordo com as atividades internas.

Com relação à política de realocação e reuso dos ativos de TI, é requerida a definição da metodologia de rodízio e reuso interno dos equipamentos, visando alocar os equipamentos mais modernos aos usuários cujas atividades cotidianas demandem maior capacidade computacional, a exemplo de engenheiros, projetistas e técnicos que utilizam softwares para processamento de imagens, cascadeando os demais equipamentos, ordenados por capacidade, aos demais usuários, definindo-se as prioridades de realocação com base nas atividades internas e sua necessidade de uso da tecnologia e capacidade computacional, entre outros fatores. Por fim, a política de descarte e desfazimento de equipamentos deve contemplar as ações previstas para desfazimento ao final da vida útil do equipamento, ajustada para o término da garantia de funcionamento, a exemplo de alienação, doação etc. A figura abaixo ilustra a estratégia de aquisição, realocação e descarte dos ativos de TI.



Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;
 - do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
 - do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
 - dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
 - da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

Entrega dos computadores em instituições de Segurança, otimizando assim o trabalho e dando agilidade na recuperação e pesquisa de dados, bem como nos processos realizados em delegacias especializadas, assim como também na PM, SSP, realização de procedimentos policiais que teriam uma demora bem maior na sua execução, a população seria beneficiada com acesso direto aos distritos, já que a falta de máquinas, impossibilita as vezes, ao atendimento imediato.

Formas de mensuração:

A entrega do bem na unidade de segurança pública, por meio do relatório de entrega. Relatório Circunstanciado da quantidade de máquinas com mais de um ano nas instituições

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 5: FORTALECIMENTO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	
AÇÃO 2 (META 4): Aquisição de computadores para SSP- VALOR DA AÇÃO 2: R\$ 1.000.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	SSP/PI
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	Investimento: R\$ 1.000.000,00
	Custeio: 0

Metas Específicas		Aquisição de 165 computadores do tipo desktop ao longo de um ano			
Indicadores		Número de computadores com menos de um ano disponível na SSP			
Resultados Esperados		Substituição de 10% dos computadores disponíveis em 1 ano			
Formas de Mensuração		Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de computadores substituídos e disponíveis na SSP/PI			
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjudicações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Fornecimento
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Prazo de entrega conforme edital	Prazo de entrega conforme edital	Recebimento Provisório	Recebimento Definitivo	Pagamento	Prestação de Contas

6.1 - AÇÃO 3 (META1): Aquisição de Munição para a PM PI;

Contextualização do problema:

Frequentemente, policiais em operação são submetidos a ameaças por arma de fogo, que colocam suas vidas em risco, bem como a de terceiros inocentes, autorizando o emprego da força em legítima defesa própria ou de terceiros.

Atualmente, para consecução de seus objetivos, o crime organizado emprega armas de fogo de maneira indiscriminada, constantemente fazendo vítimas em suas ações, não apenas entre profissionais da lei, mas principalmente de inocentes, com destaque para o tráfico de drogas, roubo a instituições financeiras e de transporte de valores, roubo de carga, contrabando e descaminho, entre outros. Assim, constatamos ser necessário o fornecimento de munição para treinamento dos policiais em atividade permitindo-os estar devidamente preparados para repelir injusta agressão a própria vida, ou de terceiros, de maneira efetiva e diminuindo os danos colaterais.

Há que se destacar que as munições destinadas aos órgãos de segurança pública têm aplicação muito distinta das munições projetadas para emprego militar, cuja destinação, em geral, é causar o maior dano possível. Já as organizações de segurança pública têm o distinto dever de preservar a vida, reduzindo o dano de suas ações quando do necessário e legítimo emprego da força, daí advém a diversidade de calibres de munições da aquisição em tela, e o alto nível de preparação dos policiais para emprego destas.

Para atingir esse fim, é necessário que as instituições disponibilizem aos policiais diversas tecnologias existentes atualmente, permitindo-o mitigar danos com a escolha adequada da munição mais indicada para cada caso. Para tal, é vital a disponibilização de munição para treinamento contínuo, a fim de que o policial esteja preparado para o adequado emprego da arma de fogo quando necessário, sendo de conhecimento público a necessidade de elevar o nível de preparação dos policiais no Brasil para o uso da força.

A atividade policial exige o emprego de armamentos que apresentem requisitos técnicos necessários para assegurar as características desejáveis de segurança, confiabilidade, resistência, precisão, robustez e durabilidade. Ademais, é necessário que essas características tenham sido testadas realisticamente nas inúmeras condições adversas inerentes à atividade policial.

O histórico de longo, amplo e diversificado emprego pelas polícias do estado do Piauí das munições objeto desta pretensão de aquisição, traz a reboque a percepção de que as munições possuem características de segurança e confiabilidade, mesmo quando submetidas a condições adversas típicas da atividade policial.

Assim, a comprovação de emprego da munição por outras instituições policiais no Brasil e no mundo, inclusive com a utilização pelo Exército Brasileiro, tem por finalidade evitar que a Administração Pública tenha dissabores e prejuízos futuros, que podem estender-se para além das questões financeiras, podendo comprometer a vida, a saúde e integridade física dos operadores e terceiros. Diante da necessidade de aquisição das munições, para atender as demandas da PC/PI, PM/PI e CBM/PI, pretende-se adquirir munições adequadas para uso na atividade e treinamento dos operadores.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

Os planos de aplicação anteriores previram aquisição de armamento para as polícias, de forma que a aquisição de munição é medida lógica de utilização plena e treinamento do manejo dos armamentos adquiridos.

Para a mensuração dos quantitativos previstos foi levado em consideração as análises das quantidades de munições já adquiridas, o armamento já adquirido ou a receber, o qual indicou a necessidade de aquisição de munições calibre 762, .556, 9x19mm .40 e 12, reais (operacionais) e de treino para atender as demandas das unidades policiais.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

As aquisições de munições é uma medida de continuidade do projeto de modernização do material bélico da Polícia Militar, onde para operacionalizar a disponibilização dos equipamentos bélicos a tropa

se faz necessário o fornecimento de insumos para aplicabilidade dos procedimentos de capacitação e intervenção com uso de força letal.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

O reaparelhamento das polícias no que tange aquisição de munições se dá na aquisição destas em quantidade suficiente para treino e pronto emprego nas mais variadas missões, seja no enfrentamento a criminalidade ou na defesa da vida do profissional de segurança pública e da sociedade. Com a capacidade de operar o equipamento de forma adequada com insumos suficientes, o operador de segurança terá a tranquilidade de exercer suas funções, escalando assim a força policial de forma gradual.

Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;
 - do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
 - do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
 - dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
 - da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

Os benefícios advindos da presente contratação serão encontrados na excelência das condições de trabalho oferecidas pelo Estado aos operadores de segurança pública, os quais serão empregados em

situações diversas e, geralmente, adversas. Portanto, precisam dispor de condições adequadas que lhes permitam desenvolver suas atividades com segurança e confiabilidade, resguardando e garantindo sua integridade física no cumprimento de suas missões. Desta forma haverá melhor prestação de serviço à sociedade e diminuição dos riscos de acidentes a terceiros pela falta de materiais apropriados no desempenho das atividades especialíssimas de segurança pública.

Formas de mensuração:

Plano de aquisição e utilização de munições apresentado por cada instituição anualmente.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR					
AÇÃO 3 (META1): Aquisição de Munição para a PM PI - VALOR DA AÇÃO 3: R\$ 1.500.000,00					
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:		PMPI			
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		Investimento: 0 Custeio: R\$ 1.500.000,00			
Metas Específicas		Aquisição de munições cal. 9mm, .40, 556, 762 e 12; treino e real para a PM			
Indicadores		Reserva de munição da PM/PI e relatório de acautelamento de munições para os operadores			
Resultados Esperados		Aumento de 5% da reserva técnica de munição			
Formas de Mensuração		Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de munição acautelada e reservada na PM.			
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjudicações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Fornecimento
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Prazo de entrega conforme edital	Prazo de entrega conforme edital	Recebimento Provisório	Recebimento Definitivo	Pagamento	Prestação de Contas

6.2 - AÇÃO 4 (META2): Aquisição de Munição para a PC PI;

Contextualização do problema:

Frequentemente, policiais em operação são submetidos a ameaças por arma de fogo, que colocam suas vidas em risco, bem como a de terceiros inocentes, autorizando o emprego da força em legítima defesa própria ou de terceiros.

Atualmente, para consecução de seus objetivos, o crime organizado emprega armas de fogo de maneira indiscriminada, constantemente fazendo vítimas em suas ações, não apenas entre profissionais da lei, mas principalmente de inocentes, com destaque para o tráfico de drogas, roubo a instituições financeiras e de transporte de valores, roubo de carga, contrabando e descaminho, entre outros. Assim, constatamos ser necessário o fornecimento de munição para treinamento dos policiais em atividade permitindo-os estar devidamente preparados para repelir injusta agressão a própria vida, ou de terceiros, de maneira efetiva e diminuindo os danos colaterais.

Há que se destacar que as munições destinadas aos órgãos de segurança pública têm aplicação muito distinta das munições projetadas para emprego militar, cuja destinação, em geral, é causar o maior dano possível. Já as organizações de segurança pública têm o distinto dever de preservar a vida, reduzindo o dano de suas ações quando do necessário e legítimo emprego da força, daí advém a diversidade de calibres de munições da aquisição em tela, e o alto nível de preparação dos policiais para emprego destas.

Para atingir esse fim, é necessário que as instituições disponibilizem aos policiais diversas tecnologias existentes atualmente, permitindo-o mitigar danos com a escolha adequada da munição mais indicada para cada caso. Para tal, é vital a disponibilização de munição para treinamento contínuo, a fim de que o policial esteja preparado para o adequado emprego da arma de fogo quando necessário, sendo de conhecimento público a necessidade de elevar o nível de preparação dos policiais no Brasil para o uso da força.

A atividade policial exige o emprego de armamentos que apresentem requisitos técnicos necessários para assegurar as características desejáveis de segurança, confiabilidade, resistência, precisão, robustez e durabilidade. Ademais, é necessário que essas características tenham sido testadas realisticamente nas inúmeras condições adversas inerentes à atividade policial.

O histórico de longo, amplo e diversificado emprego pelas polícias do estado do Piauí das munições objeto desta pretensão de aquisição, traz a reboque a percepção de que as munições possuem características de segurança e confiabilidade, mesmo quando submetidas a condições adversas típicas da atividade policial.

Assim, a comprovação de emprego da munição por outras instituições policiais no Brasil e no mundo, inclusive com a utilização pelo Exército Brasileiro, tem por finalidade evitar que a Administração Pública tenha dissabores e prejuízos futuros, que podem estender-se para além das questões financeiras, podendo comprometer a vida, a saúde e integridade física dos operadores e terceiros. Diante da necessidade de aquisição das munições, para atender as demandas da PC/PI, PM/PI e CBM/PI, pretende-se adquirir munições adequadas para uso na atividade e treinamento dos operadores.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

Os planos de aplicação anteriores previram aquisição de armamento para as polícias, de forma que a aquisição de munição é medida lógica de utilização plena e treinamento do manejo dos armamentos adquiridos.

Para a mensuração dos quantitativos previstos foi levado em consideração as análises das quantidades de munições já adquiridas, o armamento já adquirido ou a receber, o qual indicou a necessidade de aquisição de munições calibre 762, .556, 9x19mm .40 e 12, reais (operacionais) e de treino para atender as demandas das unidades policiais.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

As aquisições de munições é uma medida de continuidade do projeto de modernização do material bélico da Polícia Civil, onde para operacionalizar a disponibilização dos equipamentos bélicos aos agentes de segurança pública se faz necessário o fornecimento de insumos para aplicabilidade dos procedimentos de capacitação e intervenção com uso de força letal.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

O reaparelhamento das polícias no que tange aquisição de munições se dá na aquisição destas em quantidade suficiente para treino e pronto emprego nas mais variadas missões, seja no enfrentamento a criminalidade ou na defesa da vida do profissional de segurança pública e da sociedade. Com a capacidade de operar o equipamento de forma adequada com insumos suficientes, o operador de segurança terá a tranquilidade de exercer suas funções, escalando assim a força policial de forma gradual.

Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;
 - do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;

- do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
- dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
- da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

Os benefícios advindos da presente contratação serão encontrados na excelência das condições de trabalho oferecidas pelo Estado aos operadores de segurança pública, os quais serão empregados em situações diversas e, geralmente, adversas. Portanto, precisam dispor de condições adequadas que lhes permitam desenvolver suas atividades com segurança e confiabilidade, resguardando e garantindo sua integridade física no cumprimento de suas missões. Desta forma haverá melhor prestação de serviço à sociedade e diminuição dos riscos de acidentes a terceiros pela falta de materiais apropriados no desempenho das atividades especialíssimas de segurança pública.

Formas de mensuração:

Plano de aquisição e utilização de munições apresentado por cada instituição anualmente.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL	
AÇÃO 4 (META2): Aquisição de Munição para a PC PI - VALOR DA AÇÃO 4: R\$ 1.000.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	PMPI
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	Investimento: 0
	Custeio: R\$ 1.000.000,00
Metas Específicas	Aquisição de munições cal. 9mm, .40, 556, 762 e 12; treino e real para a PC/PI
Indicadores	Reserva de munição da PC/PI e relatório de acautelamento de munições para os operadores
Resultados Esperados	Aumento de 5% da reserva técnica de munição
Formas de Mensuração	Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de munição acautelada e reservada na PC.
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022	
2º Semestre de 2022	

Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjudicações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Fornecimento
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Prazo de entrega conforme edital	Prazo de entrega conforme edital	Recebimento Provisório	Recebimento Definitivo	Pagamento	Prestação de Contas

5.3 - Aquisição de Munição para BM;

Contextualização do problema:

Frequentemente, policiais em operação são submetidos a ameaças por arma de fogo, que colocam suas vidas em risco, bem como a de terceiros inocentes, autorizando o emprego da força em legítima defesa própria ou de terceiros.

Atualmente, para consecução de seus objetivos, o crime organizado emprega armas de fogo de maneira indiscriminada, constantemente fazendo vítimas em suas ações, não apenas entre profissionais da lei, mas principalmente de inocentes, com destaque para o tráfico de drogas, roubo a instituições financeiras e de transporte de valores, roubo de carga, contrabando e descaminho, entre outros. Assim, constatamos ser necessário o fornecimento de munição para treinamento dos policiais em atividade permitindo-os estar devidamente preparados para repelir injusta agressão a própria vida, ou de terceiros, de maneira efetiva e diminuindo os danos colaterais.

Há que se destacar que as munições destinadas aos órgãos de segurança pública têm aplicação muito distinta das munições projetadas para emprego militar, cuja destinação, em geral, é causar o maior dano possível. Já as organizações de segurança pública têm o distinto dever de preservar a vida, reduzindo o dano de suas ações quando do necessário e legítimo emprego da força, daí advém a diversidade de calibres de munições da aquisição em tela, e o alto nível de preparação dos policiais para emprego destas.

Para atingir esse fim, é necessário que as instituições disponibilizem aos policiais diversas tecnologias existentes atualmente, permitindo-o mitigar danos com a escolha adequada da munição mais indicada para cada caso. Para tal, é vital a disponibilização de munição para treinamento contínuo, a fim de que o policial esteja preparado para o adequado emprego da arma de fogo quando necessário, sendo de conhecimento público a necessidade de elevar o nível de preparação dos policiais no Brasil para o uso da força.

A atividade policial exige o emprego de armamentos que apresentem requisitos técnicos necessários para assegurar as características desejáveis de segurança, confiabilidade, resistência, precisão, robustez e durabilidade. Ademais, é necessário que essas características tenham sido testadas realisticamente nas inúmeras condições adversas inerentes à atividade policial.

O histórico de longo, amplo e diversificado emprego pelas polícias do estado do Piauí das munições objeto desta pretensão de aquisição, traz a reboque a percepção de que as munições possuem características de segurança e confiabilidade, mesmo quando submetidas a condições adversas típicas da atividade policial.

Assim, a comprovação de emprego da munição por outras instituições policiais no Brasil e no mundo, inclusive com a utilização pelo Exército Brasileiro, tem por finalidade evitar que a Administração Pública tenha dissabores e prejuízos futuros, que podem estender-se para além das questões financeiras, podendo comprometer a vida, a saúde e integridade física dos operadores e terceiros. Diante da necessidade de aquisição das munições, para atender as demandas da PC/PI, PM/PI e CBM/PI, pretende-se adquirir munições adequadas para uso na atividade e treinamento dos operadores.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

Os planos de aplicação anteriores previram aquisição de armamento para as polícias, de forma que a aquisição de munição é medida lógica de utilização plena e treinamento do manejo dos armamentos adquiridos.

Para a mensuração dos quantitativos previstos foi levado em consideração as análises das quantidades de munições já adquiridas, o armamento já adquirido ou a receber, o qual indicou a necessidade de aquisição de munições calibre 762, .556, 9x19mm .40 e 12, reais (operacionais) e de treino para atender as demandas das unidades policiais.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

As aquisições de munições é uma medida de continuidade do projeto de modernização do material bélico do Bombeiro Militar, onde para operacionalizar a disponibilização dos equipamentos bélicos aos agentes de segurança pública se faz necessário o fornecimento de insumos para aplicabilidade dos procedimentos de capacitação e intervenção com uso de força letal.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

O reaparelhamento das polícias e bombeiro militar no que tange aquisição de munições se dá na aquisição destas em quantidade suficiente para treino e pronto emprego nas mais variadas missões, seja no enfrentamento a criminalidade ou na defesa da vida do profissional de segurança pública e da sociedade. Com a capacidade de operar o equipamento de forma adequada com insumos suficientes,

o operador de segurança terá a tranquilidade de exercer suas funções, escalando assim a força policial de forma gradual.

Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;
 - do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
 - do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
 - dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
 - da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

Os benefícios advindos da presente contratação serão encontrados na excelência das condições de trabalho oferecidas pelo Estado aos operadores de segurança pública, os quais serão empregados em situações diversas e, geralmente, adversas. Portanto, precisam dispor de condições adequadas que lhes permitam desenvolver suas atividades com segurança e confiabilidade, resguardando e garantindo sua integridade física no cumprimento de suas missões. Desta forma haverá melhor prestação de serviço à sociedade e diminuição dos riscos de acidentes a terceiros pela falta de materiais apropriados no desempenho das atividades especialíssimas de segurança pública.

Formas de mensuração:

Plano de aquisição e utilização de munições apresentado por cada instituição anualmente.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DO BOMBEIRO MILITAR	
AÇÃO 3 (META 4): Aquisição de Munição para BM - VALOR DA AÇÃO 3: R\$ 200.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA	CBM/PI

DIRETAMENTE:					
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Investimento: 0					
Custeio: R\$ 200.000,00					
Metas Específicas					
Aquisição de munições cal. 9mm e .40, treino e real para o CBM					
Indicadores					
Reserva de munição do CBM e relatório de acautelamento de munições para os operadores					
Resultados Esperados					
Aumento de 5% da reserva técnica de munição					
Formas de Mensuração					
Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de munição acautelada e reservada no CBM.					
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjucações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Fornecimento
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Prazo de entrega conforme edital	Prazo de entrega conforme edital	Recebimento Provisório	Recebimento Definitivo	Pagamento	Prestação de Contas

7.1 - Cursos de Treinamento e Aperfeiçoamento da PMPI PI;

Contextualização do problema:

Há uma percepção da Secretaria Estadual de Segurança Pública no sentido de que há oportunidades de melhoria nos processos de oferta do serviço de Segurança Pública à população, bem como de gestão, assentado em duas premissas básicas: aprofundar a racionalização dos recursos humanos e logísticos e incrementar os níveis de qualidade dos serviços prestados pelas forças estaduais de segurança.

Neste diapasão, identificou-se a necessidade do aperfeiçoamento dos profissionais sejam por seus adestramentos operacionais ou um aprofundamento nas atividades teóricas de suas respectivas competências, incluindo o planejamento, execução, coordenação, controle e avaliação de resultados, uma vez que o processo atual possui baixa intensidade tecnológica, além de ser bastante fragmentado em virtude da própria estrutura departamentalizada das organizações.

Neste sentido, a SSP/PI entendeu que o primeiro passo seria uma nivelção de conhecimentos básicos de cada instituição de segurança.

Portanto os cursos de capacitação na segurança pública servem para cumprir diversos objetivos e são de suma relevância para a formação e atualização contínua dos Agentes.

O aprimoramento dos profissionais é realizado por atividades em duas frentes: a formação intelectual e a prática de habilidades técnicas voltadas para diferentes finalidades da área. O desenvolvimento desses policiais visa mantê-los preparados para situações, ferramentas e equipamentos que mudam com o tempo.

Todo esse processo é contínuo dentro das diversas carreiras, sobretudo pelo caráter mutável da profissão. Novas leis, diretrizes, tecnologias e metodologias surgem com frequência, o que exige atualização constante dos profissionais da segurança pública.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

A oferta de cursos de curta duração intentando adestramento operacional ou atualização teórica é política de formação contínua da SSP/PI, de forma que são lançados calendários anuais de cursos ofertados. Os cursos são, também, critério de pontuação para ascensão na carreira policial.

Atualmente o estado do Piauí tem aproximadamente 6 mil policiais militares, 3 mil policiais civis e 400 bombeiros militares, devendo portanto, ofertar contínuo treinamento, atualização e formação para buscar excelência na prestação do serviço de segurança pública.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

A capacitação visa fomentar ações permanentes e qualificadas para o combate ao crime organizado desenvolvendo a padronização dos protocolos nas ações operacionais, além de ofertar contínuo treinamento, atualização e formação para buscar excelência na prestação do serviço de segurança pública.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado, com aplicação em todo o efetivo da segurança pública.

Estratégia de implementação:

Trata-se de reaparelhamento das instituições em seu bem mais valioso, as pessoas. Com o treinamento contínuo busca aprimorar todo o ciclo de prestação do serviço de segurança pública, melhorando a prevenção e otimizando a atuação no enfrentamento a criminalidade, buscando a excelência na prestação do serviço.

Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:

- dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
- do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
- dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
- do gasto público em saúde, decorrente da violência;
- da vitimização dos profissionais de segurança pública;
- do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
- do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
- dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
- da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

O Profissional de segurança pública precisa estar preparado para qualquer situação inesperada do decorrer de sua profissão, espera-se, assim, que os cursos de Capacitação do Profissional possibilitem o aprimoramento de suas habilidades, com treinamentos. Um policial treinado, tem a possibilidade de reverter uma situação de risco com habilidade para não causar riscos a população.

Formas de mensuração:

Quantidade de alunos formados por meio de certificados de conclusão de curso.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR	
AÇÃO 4 (META1): Cursos de Treinamento e Aperfeiçoamento da PMPI PI - VALOR DA AÇÃO 4 R\$ 500.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	CBM/PI
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	Investimento: 0
	Custeio: R\$ 500.000,00
Metas Específicas	Realização de cursos de treinamento conforme Anexo I
Indicadores	Quantidade de Profissionais de Segurança pública treinados por ano
Resultados Esperados	Capacitação em 10% do efetivo por ano.

Formas de Mensuração		Lista de frequência e certificado de conclusão do curso dos participantes.			
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjudicações	Assinatura de Contratos	Início dos cursos
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2023					
1º Semestre de 2023					
Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2023					
2º Semestre de 2023					
Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado / Prestação de contas

7.2 - Cursos de Treinamento e Aperfeiçoamento da ACADEPOL – PC/PI;

Contextualização do problema:

Há uma percepção da Secretaria Estadual de Segurança Pública no sentido de que há oportunidades de melhoria nos processos de oferta do serviço de Segurança Pública à população, bem como de gestão, assentado em duas premissas básicas: aprofundar a racionalização dos recursos humanos e logísticos e incrementar os níveis de qualidade dos serviços prestados pelas forças estaduais de segurança.

Neste diapasão, identificou-se a necessidade do aperfeiçoamento dos profissionais sejam por seus adestramentos operacionais ou um aprofundamento nas atividades teóricas de suas respectivas competências, incluindo o planejamento, execução, coordenação, controle e avaliação de resultados, uma vez que o processo atual possui baixa intensidade tecnológica, além de ser bastante fragmentado em virtude da própria estrutura departamentalizada das organizações.

Neste sentido, a SSP/PI entendeu que o primeiro passo seria uma nivelção de conhecimentos básicos de cada instituição de segurança.

Assim os cursos de capacitação na segurança pública servem para cumprir diversos objetivos e são de suma relevância para a formação e atualização contínua dos Agentes.

O aprimoramento dos profissionais é realizado por atividades em duas frentes: a formação intelectual e a prática de habilidades técnicas voltadas para diferentes finalidades da área. O desenvolvimento desses policiais visa mantê-los preparados para situações, ferramentas e equipamentos que mudam com o tempo.

Todo esse processo é contínuo dentro das diversas carreiras, sobretudo pelo caráter mutável da profissão. Novas leis, diretrizes, tecnologias e metodologias surgem com frequência, o que exige atualização constante dos profissionais da segurança pública.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

A oferta de cursos de curta duração intentando adestramento operacional ou atualização teórica é política de formação contínua da SSP/PI, de forma que são lançados calendários anuais de cursos ofertados. Os cursos são, também, critério de pontuação para ascensão na carreira policial.

Atualmente o estado do Piauí tem aproximadamente 6 mil policiais militares, 3 mil policiais civis e 400 bombeiros militares, devendo, portanto, ofertar contínuo treinamento, atualização e formação para buscar excelência na prestação do serviço de segurança pública.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

A capacitação visa fomentar ações permanentes e qualificadas para o combate ao crime organizado desenvolvendo a padronização dos protocolos nas ações operacionais, além de ofertar contínuo treinamento, atualização e formação para buscar excelência na prestação do serviço de segurança pública.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado, com aplicação em todo o efetivo da segurança pública.

Estratégia de implementação:

Trata-se de reaparelhamento das instituições em seu bem mais valioso, as pessoas. Com o treinamento contínuo busca aprimorar todo o ciclo de prestação do serviço de segurança pública, melhorando a prevenção e otimizando a atuação no enfrentamento a criminalidade, buscando a excelência na prestação do serviço.

Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:

- dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
- do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
- dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
- do gasto público em saúde, decorrente da violência;
- da vitimização dos profissionais de segurança pública;
- do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
- do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
- dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
- da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

O Profissional de segurança pública precisa estar preparado para qualquer situação inesperada do decorrer de sua profissão, espera-se, assim, que os cursos de Capacitação do Profissional possibilitem o aprimorando de suas habilidades, com treinamentos. Um policial treinado, tem a possibilidade de reverter uma situação de risco com habilidade para não causar riscos a população.

Formas de mensuração:

Quantidade de alunos formados por meio de certificados de conclusão de curso.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL	
AÇÃO 5 (META2): Cursos de Treinamento e Aperfeiçoamento da ACADEPOL - VALOR DA AÇÃO 5 R\$ 800.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	CBM/PI
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	Investimento: 0
	Custeio: R\$ 800.000,00
Metas Específicas	Realização de cursos de treinamento conforme Anexo I
Indicadores	Quantidade de Profissionais de Segurança pública treinados por ano
Resultados Esperados	Capacitação em 10% do efetivo por ano.

Formas de Mensuração		Lista de frequência e certificado de conclusão do curso dos participantes.			
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjudicações	Assinatura de Contratos	Início dos cursos
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2023					
1º Semestre de 2023					
Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2023					
2º Semestre de 2023					
Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado / Prestação de contas

7.3 - AÇÃO 5 (META 4) Cursos de Treinamento e Aperfeiçoamento do BM;

Contextualização do problema:

Há uma percepção da Secretaria Estadual de Segurança Pública no sentido de que há oportunidades de melhoria nos processos de oferta do serviço de Segurança Pública à população, bem como de gestão, assentado em duas premissas básicas: aprofundar a racionalização dos recursos humanos e logísticos e incrementar os níveis de qualidade dos serviços prestados pelas forças estaduais de segurança.

Neste diapasão, identificou-se a necessidade do aperfeiçoamento dos profissionais sejam por seus adestramentos operacionais ou um aprofundamento nas atividades teóricas de suas respectivas competências, incluindo o planejamento, execução, coordenação, controle e avaliação de resultados, uma vez que o processo atual possui baixa intensidade tecnológica, além de ser bastante fragmentado em virtude da própria estrutura departamentalizada das organizações.

Neste sentido, a SSP/PI entendeu que o primeiro passo seria uma nivelção de conhecimentos básicos de cada instituição de segurança.

Assim os cursos de capacitação na segurança pública servem para cumprir diversos objetivos e são de suma relevância para a formação e atualização contínua dos Agentes.

O aprimoramento dos profissionais é realizado por atividades em duas frentes: a formação intelectual e a prática de habilidades técnicas voltadas para diferentes finalidades da área. O desenvolvimento desses policiais visa mantê-los preparados para situações, ferramentas e equipamentos que mudam com o tempo.

Todo esse processo é contínuo dentro das diversas carreiras, sobretudo pelo caráter mutável da profissão. Novas leis, diretrizes, tecnologias e metodologias surgem com frequência, o que exige atualização constante dos profissionais da segurança pública.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

A oferta de cursos de curta duração intentando adestramento operacional ou atualização teórica é política de formação contínua da SSP/PI, de forma que são lançados calendários anuais de cursos ofertados. Os cursos são, também, critério de pontuação para ascensão na carreira policial.

Atualmente o estado do Piauí tem aproximadamente 6 mil policiais militares, 3 mil policiais civis e 400 bombeiros militares, devendo portanto, ofertar contínuo treinamento, atualização e formação para buscar excelência na prestação do serviço de segurança pública.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

A capacitação visa fomentar ações permanentes e qualificadas para o combate ao crime organizado desenvolvendo a padronização dos protocolos nas ações operacionais, além de ofertar contínuo treinamento, atualização e formação para buscar excelência na prestação do serviço de segurança pública.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado, com aplicação em todo o efetivo da segurança pública.

Estratégia de implementação:

Trata-se de reaparelhamento das instituições em seu bem mais valioso, as pessoas. Com o treinamento contínuo busca aprimorar todo o ciclo de prestação do serviço de segurança pública, melhorando a prevenção e otimizando a atuação no enfrentamento a criminalidade, buscando a excelência na prestação do serviço.

Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:

- dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
- do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
- dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
- do gasto público em saúde, decorrente da violência;
- da vitimização dos profissionais de segurança pública;
- do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
- do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
- dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
- da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

O Profissional de segurança pública precisa estar preparado para qualquer situação inesperada do decorrer de sua profissão, espera-se, assim, que os cursos de Capacitação do Profissional possibilitem o aprimoramento de suas habilidades, com treinamentos. Um policial treinado, tem a possibilidade de reverter uma situação de risco com habilidade para não causar riscos a população.

Formas de mensuração:

Quantidade de alunos formados por meio de certificados de conclusão de curso.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DO BOMBEIRO MILITAR	
AÇÃO 5 (META 4) Cursos de Treinamento e Aperfeiçoamento do BM - VALOR DA AÇÃO 5 R\$ R\$ 367.413,21	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	CBM/PI
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	Investimento: 0
	Custeio: R\$ 367.413,21
Metas Específicas	Realização de cursos de treinamento conforme Anexo I - B
Indicadores	Quantidade de Profissionais de Segurança pública treinados por ano
Resultados Esperados	Capacitação em 10% do efetivo por ano.

Formas de Mensuração		Lista de frequência e certificado de conclusão do curso dos participantes.			
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjudicações	Assinatura de Contratos	Início dos cursos
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2023					
1º Semestre de 2023					
Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2023					
2º Semestre de 2023					
Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado	Cursos Ministrados / Recebimento e Pagamento do executado / Prestação de contas

8.1 - AÇÃO 5 (META1): Aquisição de Fardamento com acessórios para a PM PI;

Contextualização do problema:

O desempenho das atribuições constitucionais e legais, de exercício do poder de polícia pelos agentes de Segurança Pública, pressupõe interação direta com os cidadãos e a pronta identificação dos agentes pelos cidadãos. O uniforme, portanto, desponta como elemento de comunicação visual primordial para a consecução da necessária identificação pelos cidadãos e a consequente legitimação do poder de polícia e prerrogativas institucionais o porte aberto de armas de fogo, franco acesso aos locais sob fiscalização do órgão; a prioridade nos meios de transporte e comunicação.

O uniforme é, portanto, importante instrumento de trabalho que está muito além de ser somente um elemento de identificação do policial e da instituição. Prover a adequada proteção do policial é também seu pressuposto primordial. Assim, entende-se que o uniforme é, antes de tudo, um equipamento de proteção individual de suma importância, com características e propriedades que objetivam à proteção aos riscos acidentários.

As condições de trabalho enfrentadas pelos agentes de segurança são severas. Eles estão expostos aos mais diversos tipos de riscos: atropelamento, exposição à radiação solar nociva, intempéries, produtos químicos, incêndios, explosões, disparos de arma de fogo etc. Esses riscos podem e devem ser atenuados pelo uso de um uniforme adequado. Em outra perspectiva, a utilização de um uniforme

antigo e desgastado não privilegiava a percepção de segurança dos cidadãos, não propagando os valores de polícia cidadã e de proximidade.

Inúmeros estudos apontam no sentido de que o uniforme policial é extremamente importante na formação das impressões dos cidadãos quanto ao desempenho da polícia, nesse sentido aponta-se o seguinte trecho extraído do Jornal de Justiça Criminal¹ dos Estados Unidos: O uniforme policial tem sido um ingrediente essencial na percepção do desempenho da polícia, influenciando as atitudes e o comportamento dos policiais e dos cidadãos com quem eles interagem. [...]. Consequentemente, quando o uniforme do policial é alterado, há uma mudança correspondente na atitude do cidadão em relação à polícia. (Tradução nossa)

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

Existe uma necessidade constante de renovação dos fardamentos das instituições de segurança pública. Diante da limitação de recursos, mesmo já se adquirindo uma significativa quantidade de fardamento, é ideal que cada operador tenha no mínimo 2 fardamentos novos a cada dois anos, o que previne o desbotamento e a aparência puída que pode desdignificar o operador. Desta forma, a intenção de aquisição total nesta ação, mesmo que ela perca pelos demais exercícios financeiros, é de adquirir 12 mil fardamentos para a PM/PI, 6 mil fardamentos para a PC/PI e 800 fardamentos para o CBM, ou seja, o dobro do efetivo atual.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

Atualmente os agentes de segurança pública recebem fardamentos que com o passar do tempo se tornam inutilizáveis pelos desgastes do próprio uso diário ou até mesmo por ações de intervenções inerentes as atividades do profissional, apesar das aquisições nos planos de ação anteriores de fardamento, o efetivo das forças de segurança não possui ainda o ideal de 2 fardamentos novos por homem. Tal situação traz uma percepção de degradação das forças de segurança pelo público, motivo pelo qual intenta-se a aquisição conforme descrito acima.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

Aceitação, Recebimento e liberação para distribuição dos fardamentos conforme levantamento feito pelas assessorias da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar e da Secretaria de

¹ BELL, Daniel J. Police uniforms, attitudes, and citizens. Journal of Criminal Justice, Volume 10, Issue 1, Pages 45-55

Segurança Pública, sobre a necessidade de cada Instituição que compõe a segurança pública do Estado. Após execução orçamentária e financeira, os objetos adquiridos serão distribuídos para os profissionais de segurança pública conforme a necessidade.

Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;
 - do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
 - do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
 - dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
 - da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

Vestimentas adequadas para toda corporação, um fardamento adequado que possibilite ao policial um conforto maior, proteção a sua integridade física, já que em alguns casos necessita de sua atuação em operações policiais, tendo muitas vezes que adentrar em matas fechadas, em áreas de alagamentos.

Formas de mensuração:

Relatório circunstanciado da entrega do uniforme para o efetivo das forças de segurança, com o respectivo registro do bem na Instituição de Segurança.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR	
AÇÃO 5 (META1): Aquisição de Fardamento com acessórios para a PM PI - VALOR DA AÇÃO 5 R\$ 500.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	PM/PI

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		Investimento: 0			
		Custeio: R\$ 500.000,00			
Metas Específicas		Aquisição de uniforme operacional completo com acessório para a instituição			
Indicadores		Quantidade de uniformes pagas para cada operador de segurança.			
Resultados Esperados		50% do efetivo com no mínimo um uniforme novo por ano			
Formas de Mensuração		Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de fardamento acautelada e reservada na instituição.			
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjucações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Fornecimento
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Prazo de entrega conforme edital	Prazo de entrega conforme edital	Recebimento Provisório	Recebimento Definitivo	Pagamento	Prestação de Contas

8.2 AÇÃO 6 (META2): Aquisição de Fardamento com acessórios para a PC PI;

Contextualização do problema:

O desempenho das atribuições constitucionais e legais, de exercício do poder de polícia pelos agentes de Segurança Pública, pressupõe interação direta com os cidadãos e a pronta identificação dos agentes pelos cidadãos. O uniforme, portanto, desponta como elemento de comunicação visual primordial para a consecução da necessária identificação pelos cidadãos e a consequente legitimação do poder de polícia e prerrogativas institucionais o porte aberto de armas de fogo, franco acesso aos locais sob fiscalização do órgão; a prioridade nos meios de transporte e comunicação.

O uniforme é, portanto, importante instrumento de trabalho que está muito além de ser somente um elemento de identificação do policial e da instituição. Prover a adequada proteção do policial é também seu pressuposto primordial. Assim, entende-se que o uniforme é, antes de tudo, um equipamento de proteção individual de suma importância, com características e propriedades que objetivam à proteção aos riscos acidentários.

As condições de trabalho enfrentadas pelos agentes de segurança são severas. Eles estão expostos aos mais diversos tipos de riscos: atropelamento, exposição à radiação solar nociva, intempéries, produtos químicos, incêndios, explosões, disparos de arma de fogo etc. Esses riscos podem e devem ser atenuados pelo uso de um uniforme adequado. Em outra perspectiva, a utilização de um uniforme

antigo e desgastado não privilegiava a percepção de segurança dos cidadãos, não propagando os valores de polícia cidadã e de proximidade.

Inúmeros estudos apontam no sentido de que o uniforme policial é extremamente importante na formação das impressões dos cidadãos quanto ao desempenho da polícia, nesse sentido aponta-se o seguinte trecho extraído do *Jornal de Justiça Criminal*² dos Estados Unidos: O uniforme policial tem sido um ingrediente essencial na percepção do desempenho da polícia, influenciando as atitudes e o comportamento dos policiais e dos cidadãos com quem eles interagem. [...]. Consequentemente, quando o uniforme do policial é alterado, há uma mudança correspondente na atitude do cidadão em relação à polícia. (Tradução nossa)

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

Existe uma necessidade constante de renovação dos fardamentos das instituições de segurança pública. Diante da limitação de recursos, mesmo já se adquirindo uma significativa quantidade de fardamento, é ideal que cada operador tenha no mínimo 2 fardamentos novos a cada dois anos, o que previne o desbotamento e a aparência puída que pode desdignificar o operador. Desta forma, a intenção de aquisição total nesta ação, mesmo que ela perca pelos demais exercícios financeiros, é de adquirir 12 mil fardamentos para a PM/PI, 6 mil fardamentos para a PC/PI e 800 fardamentos para o CBM, ou seja, o dobro do efetivo atual.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

Atualmente os agentes de segurança pública recebem fardamentos que com o passar do tempo se tornam inutilizáveis pelos desgastes do próprio uso diário ou até mesmo por ações de intervenções inerentes as atividades do profissional, apesar das aquisições nos planos de ação anteriores de fardamento, o efetivo das forças de segurança não possui ainda o ideal de 2 fardamentos novos por homem. Tal situação traz uma percepção de degradação das forças de segurança pelo público, motivo pelo qual intenta-se a aquisição conforme descrito acima.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

Aceitação, Recebimento e liberação para distribuição dos fardamentos conforme levantamento feito pelas assessorias da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar e da Secretaria de

² BELL, Daniel J. Police uniforms, attitudes, and citizens. *Journal of Criminal Justice*, Volume 10, Issue 1, Pages 45-55

Segurança Pública, sobre a necessidade de cada Instituição que compõe a segurança pública do Estado. Após execução orçamentária e financeira, os objetos adquiridos serão distribuídos para os profissionais de segurança pública conforme a necessidade.

Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;
 - do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
 - do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
 - dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
 - da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

Vestimentas adequadas para toda corporação, um fardamento adequado que possibilite ao policial um conforto maior, proteção a sua integridade física, já que em alguns casos necessita de sua atuação em operações policiais, tendo muitas vezes que adentrar em matas fechadas, em áreas de alagamentos.

Formas de mensuração:

Relatório circunstanciado da entrega do uniforme para o efetivo das forças de segurança, com o respectivo registro do bem na Instituição de Segurança.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL	
AÇÃO 6 (META2): Aquisição de Fardamento com acessórios para a PC PI - VALOR DA AÇÃO 5 R\$ 300.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	PC/PI

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		Investimento: 0			
		Custeio: R\$ 300.000,00			
Metas Específicas		Aquisição de uniforme operacional completo com acessório para a instituição			
Indicadores		Quantidade de uniformes pagas para cada operador de segurança.			
Resultados Esperados		50% do efetivo com no mínimo um uniforme novo por ano			
Formas de Mensuração		Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de fardamento acautelada e reservada na instituição.			
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjucações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Fornecimento
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Prazo de entrega conforme edital	Prazo de entrega conforme edital	Recebimento Provisório	Recebimento Definitivo	Pagamento	Prestação de Contas

8.2 - AÇÃO 6 (META 4): Aquisição de Fardamento com acessórios para BM;

Contextualização do problema:

O desempenho das atribuições constitucionais e legais, de exercício do poder de polícia pelos agentes de Segurança Pública, pressupõe interação direta com os cidadãos e a pronta identificação dos agentes pelos cidadãos. O uniforme, portanto, desponta como elemento de comunicação visual primordial para a consecução da necessária identificação pelos cidadãos e a consequente legitimação do poder de polícia e prerrogativas institucionais o porte aberto de armas de fogo, franco acesso aos locais sob fiscalização do órgão; a prioridade nos meios de transporte e comunicação.

O uniforme é, portanto, importante instrumento de trabalho que está muito além de ser somente um elemento de identificação do policial e da instituição. Prover a adequada proteção do policial é também seu pressuposto primordial. Assim, entende-se que o uniforme é, antes de tudo, um equipamento de proteção individual de suma importância, com características e propriedades que objetivam à proteção aos riscos acidentários.

As condições de trabalho enfrentadas pelos agentes de segurança são severas. Eles estão expostos aos mais diversos tipos de riscos: atropelamento, exposição à radiação solar nociva, intempéries, produtos químicos, incêndios, explosões, disparos de arma de fogo etc. Esses riscos podem e devem ser atenuados pelo uso de um uniforme adequado. Em outra perspectiva, a utilização de um uniforme

antigo e desgastado não privilegiava a percepção de segurança dos cidadãos, não propagando os valores de polícia cidadã e de proximidade.

Inúmeros estudos apontam no sentido de que o uniforme policial é extremamente importante na formação das impressões dos cidadãos quanto ao desempenho da polícia, nesse sentido aponta-se o seguinte trecho extraído do Jornal de Justiça Criminal³ dos Estados Unidos: O uniforme policial tem sido um ingrediente essencial na percepção do desempenho da polícia, influenciando as atitudes e o comportamento dos policiais e dos cidadãos com quem eles interagem. [...]. Consequentemente, quando o uniforme do policial é alterado, há uma mudança correspondente na atitude do cidadão em relação à polícia. (Tradução nossa)

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

Existe uma necessidade constante de renovação dos fardamentos das instituições de segurança pública. Diante da limitação de recursos, mesmo já se adquirindo uma significativa quantidade de fardamento, é ideal que cada operador tenha no mínimo 2 fardamentos novos a cada dois anos, o que previne o desbotamento e a aparência puída que pode desdignificar o operador. Desta forma, a intenção de aquisição total nesta ação, mesmo que ela perca pelos demais exercícios financeiros, é de adquirir 12 mil fardamentos para a PM/PI, 6 mil fardamentos para a PC/PI e 800 fardamentos para o CBM, ou seja, o dobro do efetivo atual.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

Atualmente os agentes de segurança pública recebem fardamentos que com o passar do tempo se tornam inutilizáveis pelos desgastes do próprio uso diário ou até mesmo por ações de intervenções inerentes as atividades do profissional, apesar das aquisições nos planos de ação anteriores de fardamento, o efetivo das forças de segurança não possui ainda o ideal de 2 fardamentos novos por homem. Tal situação traz uma percepção de degradação das forças de segurança pelo público, motivo pelo qual intenta-se a aquisição conforme descrito acima.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

Aceitação, Recebimento e liberação para distribuição dos fardamentos conforme levantamento feito pelas assessorias da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar e da Secretaria de

³ BELL, Daniel J. Police uniforms, attitudes, and citizens. Journal of Criminal Justice, Volume 10, Issue 1, Pages 45-55

Segurança Pública, sobre a necessidade de cada Instituição que compõe a segurança pública do Estado. Após execução orçamentária e financeira, os objetos adquiridos serão distribuídos para os profissionais de segurança pública conforme a necessidade.

Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;
 - do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
 - do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
 - dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
 - da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

Com vestimentas adequadas para toda corporação e o quadro de Policiais Civis, um fardamento adequado que possibilite ao policial um conforto maior, proteção a sua integridade física, já que em alguns casos necessita de sua atuação em operações policiais, tendo muitas vezes que adentrar em matas fechadas, em áreas de alagamentos.

Formas de mensuração:

Relatório circunstanciado da entrega do uniforme para o efetivo das forças de segurança, com o respectivo registro do bem na Instituição de Segurança.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DO BOMBEIRO MILITAR	
AÇÃO 6 (META 4): Aquisição de Fardamento com acessórios para BM- VALOR DA AÇÃO 6 R\$ 200.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	BM/PI

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		Investimento: 0			
		Custeio: R\$ 200.000,00			
Metas Específicas		Aquisição de uniforme operacional completo com acessório para a instituição			
Indicadores		Quantidade de uniformes pagas para cada operador de segurança.			
Resultados Esperados		50% do efetivo com no mínimo um uniforme novo por ano			
Formas de Mensuração		Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de fardamento acautelada e reservada na instituição.			
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjucações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Fornecimento
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Prazo de entrega conforme edital	Prazo de entrega conforme edital	Recebimento Provisório	Recebimento Definitivo	Pagamento	Prestação de Contas

9.1 - AÇÃO 6 (META1): Aquisição de Pistolas 9mm para PM PI;

Contextualização do problema:

A SSP/PI com foco na melhoria contínua de suas capacidades organizacionais, cuja premissa básica e objetivo maior é atender as necessidades e expectativas dos destinatários de seus serviços, vem buscando o aprimoramento de suas ações e a otimização de seus trabalhos.

Dentro desta perspectiva, é fundamental que a um profissional de segurança pública, esposado e ciente de suas responsabilidades perante o público, seja dado condições de prestar seus serviços com a excelência e probidade que a população confia e espera. Sem desprezar seu inescusável respeito aos direitos humanos, à participação social e à manutenção qualitativa e quantitativa das capacidades humanas, é razoável afirmar que um policial bem equipado, portando armamentos desenvolvidos com tecnologias inovadoras, contribui para a prestação de serviços cada vez mais qualificados. É neste sentido que a SSP/PI se vê no imperioso compromisso de prover suporte logístico adequado a seu efetivo policial para o fiel e satisfatório cumprimento de sua missão institucional.

Neste sentido a constante renovação da reserva de armamento das instituições de segurança pública dá ao profissional a confiabilidade necessária para evoluir em ocorrência e cumprimento de mandados pelo caminho da negociação (Banton, 1964; Muir, 1977; Fielding, 1984; Bittner, 1990). Neste contexto

equipamento confiável traz ao profissional a possibilidade de uma resolução restaurativa de conflitos sociais.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

As instituições de segurança do estado do Piauí carecem de uma padronização de calibres e renovação de armamento de uso pessoal, tal como pistolas. Em levantamento feito pela PM e GAM/PC, mais de 60% das pistolas das corporações são de modelos descontinuados pelos seus fabricantes, dificultando assim a manutenção do armamento.

Em que pese a anterior previsão de compra de armamento, a meta da SSP/Pi é prover 1 arma adequada para cada operador de segurança pública, no caso mil pistolas para a PM/Pi e 3 mil pistolas para a PC/PI.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

A necessidade de manter o contingente devidamente armado para pronto emprego nas instituições militares e na Polícia Civil, garantirá mais variedades de recursos ao policial quando de serviço para este selecionar entre os seus meios necessários aquele compatível para restabelecer a ordem pública, repelir injusta agressão com instrumentos e armas letais e garantir a integridade física tanto do policial, como de cidadãos de bem.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

O reaparelhamento da Polícia Militar nesta fase se dará por meio da aquisição de pistolas no calibre 9mm, os quais serão distribuídas em todo o Estado por sua Diretoria de Patrimônio, conforme demanda planejada pelo comandante geral. Com a ampliação da garantia da aplicação dos meios do monopólio estatal da segurança, bem como da possibilidade de ampliação de treinamento buscar-se-á ampliar a capacidade de atuação dos profissionais de segurança pública em todo o estado.

Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;

- dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
- do gasto público em saúde, decorrente da violência;
- da vitimização dos profissionais de segurança pública;
- do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
- do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
- dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
- da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

Entrega do armamento na Instituição de Segurança, para a substituição de equipamento obsoleto.

A segurança do policial e da população em geral, com um armamento adequado, seguro, em condições de funcionamento adequado, e preparado para quaisquer eventualidades na execução de seu trabalho na segurança da população. Espera-se com a aquisição ampliar a segurança em situações de enfrentamento direto, onde o profissional de segurança pública precisa estar preparado para uma resposta efetiva e proporcional.

Formas de mensuração:

Por meio de relatório de substituição de armamento expedido pela PM/PI e PC/PI.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR	
AÇÃO 6 (META1): Aquisição de Pistolas 9mm a PM PI - VALOR DA AÇÃO 6 R\$ 1.000.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	PM/PI
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	Investimento: R\$ 1.000.000,00
	Custeio: 0
Metas Específicas	Aquisição de 380 pistolas calibre 9mm
Indicadores	Quantidade de pistolas acauteladas para cada operador de segurança.
Resultados Esperados	20% do efetivo com armamento renovado
Formas de Mensuração	Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de armamento acautelada e reservada na instituição.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjudicações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Fornecimento
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Prazo de entrega conforme edital	Prazo de entrega conforme edital	Recebimento Provisório	Recebimento Definitivo	Pagamento	Prestação de Contas

9.2 - AÇÃO 7 (META2): Aquisição de Pistolas 9mm para a PCPI;

Contextualização do problema:

A SSP/PI com foco na melhoria contínua de suas capacidades organizacionais, cuja premissa básica e objetivo maior é atender as necessidades e expectativas dos destinatários de seus serviços, vem buscando o aprimoramento de suas ações e a otimização de seus trabalhos.

Dentro desta perspectiva, é fundamental que a um profissional de segurança pública, esposado e ciente de suas responsabilidades perante o público, seja dado condições de prestar seus serviços com a excelência e probidade que a população confia e espera. Sem desprezar seu inescusável respeito aos direitos humanos, à participação social e à manutenção qualitativa e quantitativa das capacidades humanas, é razoável afirmar que um policial bem equipado, portando armamentos desenvolvidos com tecnologias inovadoras, contribui para a prestação de serviços cada vez mais qualificados. É neste sentido que a SSP/PI se vê no imperioso compromisso de prover suporte logístico adequado a seu efetivo policial para o fiel e satisfatório cumprimento de sua missão institucional.

Neste sentido a constante renovação da reserva de armamento das instituições de segurança pública dá ao profissional a confiabilidade necessária para evoluir em ocorrência e cumprimento de mandados pelo caminho da negociação (Banton, 1964; Muir, 1977; Fielding, 1984; Bittner, 1990). Neste contexto equipamento confiável traz ao profissional a possibilidade de uma resolução restaurativa de conflitos sociais.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

As instituições de segurança do estado do Piauí carecem de uma padronização de calibres e renovação de armamento de uso pessoal, tal como pistolas. Em levantamento feito pela PM e GAM/PC, mais de 60% das pistolas das corporações são de modelos descontinuados pelos seus fabricantes, dificultando assim a manutenção do armamento.

Em que pese a anterior previsão de compra de armamento, a meta da SSP/Pi é prover 1 arma adequada para cada operador de segurança pública, no caso mil pistolas para a PM/Pi e 3 mil pistolas para a PC/PI.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

A necessidade de manter o contingente devidamente armado para pronto emprego nas instituições militares e na Polícia Civil, garantirá mais variedades de recursos ao policial quando de serviço para este selecionar entre os seus meios necessários aquele compatível para restabelecer a ordem pública, repelir injusta agressão com instrumentos e armas letais e garantir a integridade física tanto do policial, como de cidadãos de bem.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

O reaparelhamento da Polícia Civil nesta fase se dará por meio da aquisição de pistolas no calibre 9mm, os quais serão distribuídas em todo o Estado por sua Gerência de Armamento (GAM), conforme demanda planejada pelo delegado geral. Com a ampliação da garantia da aplicação dos meios do monopólio estatal da segurança, bem como da possibilidade de ampliação de treinamento buscar-se-á ampliar a capacidade de atuação dos profissionais de segurança pública em todo o estado.

Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;
 - do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
 - do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
 - dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
 - da impunidade;
- Melhoria da:

- qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
- credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
- Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

Entrega do armamento na Instituição de Segurança, para a substituição de equipamento obsoleto.

A segurança do policial e da população em geral, com um armamento adequado, seguro, em condições de funcionamento adequado, e preparado para quaisquer eventualidades na execução de seu trabalho na segurança da população. Espera-se com a aquisição ampliar a segurança em situações de enfrentamento direto, onde o profissional de segurança pública precisa estar preparado para uma resposta efetiva e proporcional.

Formas de mensuração:

Por meio de relatório de substituição de armamento expedido pela PM/PI e PC/PI.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL					
AÇÃO 7 (META2): Aquisição de Pistolas 9mm para a PCPI- VALOR DA AÇÃO 7 R\$ 1.000.000,00					
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:			PC/PI		
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			Investimento: R\$ 1.000.000,00		
			Custeio: 0		
Metas Específicas			Aquisição de 380 pistolas calibre 9mm		
Indicadores			Quantidade de pistolas acauteladas para cada operador de segurança.		
Resultados Esperados			20% do efetivo com armamento renovado		
Formas de Mensuração			Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de armamento acautelada e reservada na instituição.		
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjudicações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Fornecimento
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Prazo de entrega	Prazo de entrega	Recebimento Provisório	Recebimento Definitivo	Pagamento	Prestação de Contas

conforme edital	conforme edital				
-----------------	-----------------	--	--	--	--

10.1 - AÇÃO 7 (META1): Aquisição algemas de pulso para a PM PI;

Contextualização do problema:

No ordenamento jurídico não existe uma legislação federal que regule o uso de algemas e uniformize esse procedimento no Brasil. Conforme a lei nº 7,210, lei de execuções penais – LEP, prevê no artigo 199º que o emprego de algemas será disciplinado por decreto federal, mas até o momento não ocorreu. O uso deste apetrecho não é restrito às corporações policiais ou órgãos de segurança pública, levando a diversas formas de sua utilização.

A grande percussora que gera críticas e debates dentre a população brasileira e profissional da área ou não, é referente à forma que são aplicadas as algemas, se é de uso demasiado ou razoável. No entanto, os tribunais, na ausência da legislação adequada, têm se valido da interpretação dos limites de utilização e proporção no seu manejo.

A lacuna existente na norma jurídica quanto ao uso da algema, possui seus pontos positivos e negativos, falhas por parte dos policiais e reação agressiva do conduzido, podem ser ações que resultariam, por parte dos policiais, o emprego de força ou violência, na tentativa de imobilizar o indivíduo. Cenário este que poderia ser diferente se estivesse fazendo o uso adequado da algema, no intuito de neutralizar o indivíduo religiosa. Apesar de não recepcionado pela Carta Magna de 1988, vemos, ainda, muitos resquícios dessa intangibilidade que algumas autoridades acreditam possuir.

Analisemos a seguinte redação Rodrigo Gomes (2005):

“Os argumentos contra as algemas são variados e criativos. Ora se diz presente excesso de poder, ora se afirma o desrespeito puro e simples a direitos constitucionais. O que não se diz, às claras, é que o argumento é essencialmente preconceituoso. Querem fazer crer, com péssimo propósito, que o colarinho branco não precisa ser algemado. Tiram do uso do equipamento somente a sua simbologia de suposta humilhação, para concluir, às avessas, que só quem merece as algemas é o réu ordinário, aquele que mal consegue defesa técnica digna”. (2005, p. 2.)

Trata-se da integridade do agente, na atuação rotineira, que resume-se em apreensões na maioria das vezes. Em seu artigo Paulo Sérgio dos Santos cita Leandro Daiello Coimbra, que defende o seguinte: “não algemar o preso seria prendê-lo em cela de porta aberta, ou seja, seria colocar os policiais em risco desnecessário”. Deve-se ter em mente o ato da imobilização do conduzido de maneira a qual não ofereça perigo ao policial, ao próprio e a sociedade, muito embora esta seja vista em alguns casos como abusiva. Afirma Rodrigo Gomes (2006): “O ato de algemar não é um constrangimento ilegal. Poderá sê-lo se procedido tão-somente para filmagem e divulgação em rede nacional, o que sujeita o policial a sanções disciplinares.” visto isto, o direito a imagem, assim presente na constituição, não pode deveria ser superior ao direito a vida dos condutores.

A utilização de algemas é um meio de neutralização, um instrumento para conter, e não para defesa como trata o artigo 292º do código de processo penal.

“Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará autos subscrito também por duas testemunhas”. (Brasil, 1941)

O uso do apetrecho evita que o policial utilize da força, temas este que será debatido a seguir. Entretanto o uso de algemas tem por finalidade promover a segurança e reduzir o agravamento da situação. Filho afirma que “em associar o emprego de algemas à força policial, quando na realidade a utilização das algemas acaba por neutralizar a força policial porque imobiliza o delinquente”. (2009, pg.7)

Privar a liberdade de alguém ou cercear o direito de locomover-se, mediada esta extrema do Estado, poderia este indivíduo tomar atitudes imprevisíveis, desde a dramatização de um choro, ou qualquer atitude que atentasse contra si mesmo ou ao condutor, na tentativa de ver-se livre. Diante deste cenário o Departamento de Polícia Federal Diretoria de Gestão de pessoas, requereu um parecer psicológico, para entender o nível de periculosidade que um indivíduo pode proporcionar, a seguinte redação relata:

“Diante do exposto, verifica-se a impossibilidade de uma previsão acertada do comportamento de uma pessoa, de sua reação diante de uma situação de estresse agudo como no momento de uma prisão. Além disso, o próprio policial encontra-se num estado de alerta, o que pode interferir na decisão do melhor procedimento a ser adotado. Diante dessa situação, uma padronização de procedimento é a opção mais adequada, tornando o ato de algemar em todas as situações a mais segura para todos envolvidos.” (SINDPOLDF, 2008)

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

As algemas são equipamentos que compõem os elementos individuais necessários para a incolumidade do operador de segurança pública. No Estado do Piauí ainda existe um déficit de algemas para a corporação de forma que não há ainda 1 (uma) algema disponível para cada operador de segurança pública, devendo tal déficit ser sanado

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

Atualmente existe um déficit de algemas para os agentes que atuam no policiamento ostensivo e investigativo, causando transtorno na execução de procedimentos de condução de suspeitos

envolvidos em delitos, diante destes fatos, se faz necessário prover de condições, os agentes de polícia com equipamentos conforme doutrina de uso seletivo e proporcional da força. Além da adequação à doutrina citada é importante destacar que a Lei 13.060/2014, a Resolução CNJ nº 344/2020, tratam da necessidade dos agentes públicos, da área de segurança, disporem de instrumentos de menor potencial ofensivo, como equipamentos essenciais para o serviço de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

Aceitação, Recebimento e liberação para distribuição das algemas conforme levantamento feito pelas assessorias da Polícia Militar, sobre a necessidade de homem do seu efetivo. Após execução orçamentária e financeira, os objetos adquiridos serão distribuídos para os profissionais de segurança pública conforme a necessidade visando que cada operador do efetivo tenha um destes equipamentos.

Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;
 - do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
 - do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
 - dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
 - da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

Espera-se com a aquisição de algemas, prover casa operador com seu equipamento individual completo, dando meios ao profissional de preservar sua integridade física e poder escalar o uso da força de forma adequada.

Formas de mensuração:

Relatório circunstanciado da entrega da algema para o efetivo das forças de segurança, com o respectivo registro do bem na Instituição de Segurança.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA PM/PI					
AÇÃO 7 (META1): Aquisição algemas de pulso para a PM PI					
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:			PC/PI		
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			Investimento: 0		
			Custeio: R\$ 500.000,00		
Metas Específicas			Aquisição de algemas adequadas a atividade policial para a PM/PI		
Indicadores			Quantidade de algemas pagas para cada operador de segurança.		
Resultados Esperados			50% do efetivo com no mínimo um par de algemas		
Formas de Mensuração			Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de algemas acauteladas e reservadas na instituição.		
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjudicações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Fornecimento
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Prazo de entrega conforme edital	Prazo de entrega conforme edital	Recebimento Provisório	Recebimento Definitivo	Pagamento	Prestação de Contas

10.2 - AÇÃO 8 (META2): Aquisição algemas de pulso para a PC PI - VALOR DA AÇÃO 7 R\$ 500.000,00

Contextualização do problema:

No ordenamento jurídico não existe uma legislação federal que regulamente o uso de algemas e uniformize esse procedimento no Brasil. Conforme a lei nº 7,210, lei de execuções penais – LEP, prevê no artigo 199º que o emprego de algemas será disciplinado por decreto federal, mas até o momento

não ocorreu. O uso deste apetrecho não é restrito às corporações policiais ou órgãos de segurança pública, levando a diversas formas de sua utilização.

A grande percussora que gera críticas e debates dentre a população brasileira e profissional da área ou não, é referente à forma que são aplicadas as algemas, se é de uso demasiado ou razoável. No entanto, os tribunais, na ausência da legislação adequada, têm se valido da interpretação dos limites de utilização e proporção no seu manejo.

A lacuna existente na norma jurídica quanto ao uso da algema, possui seus pontos positivos e negativos, falhas por parte dos policiais e reação agressiva do conduzido, podem ser ações que resultariam, por parte dos policiais, o emprego de força ou violência, na tentativa de imobilizar o indivíduo. Cenário este que poderia ser diferente se estivesse fazendo o uso adequado da algema, no intuito de neutralizar o indivíduo religiosa. Apesar de não recepcionado pela Carta Magna de 1988, vemos, ainda, muitos resquícios dessa intangibilidade que algumas autoridades acreditam possuir.

Analisemos a seguinte redação Rodrigo Gomes (2005):

“Os argumentos contra as algemas são variados e criativos. Ora se diz presente excesso de poder, ora se afirma o desrespeito puro e simples a direitos constitucionais. O que não se diz, às claras, é que o argumento é essencialmente preconceituoso. Querem fazer crer, com péssimo propósito, que o colarinho branco não precisa ser algemado. Tiram do uso do equipamento somente a sua simbologia de suposta humilhação, para concluir, às avessas, que só quem merece as algemas é o réu ordinário, aquele que mal consegue defesa técnica digna”.(2005, p. 2.)

Trata-se da integridade do agente, na atuação rotineira, que resume-se em apreensões na maioria das vezes. Em seu artigo Paulo Sérgio dos Santos cita Leandro Daiello Coimbra ,que defende o seguinte: “não algemar o preso seria prendê-lo em cela de porta aberta, ou seja, seria colocar os policiais em risco desnecessário”. Deve-se ter em mente o ato da imobilização do conduzido de maneira a qual não ofereça perigo ao policial, ao próprio e a sociedade, muito embora esta seja vista em alguns casos como abusiva. Afirma Rodrigo Gomes (2006): “O ato de algemar não é um constrangimento ilegal. Poderá sê-lo se procedido tão-somente para filmagem e divulgação em rede nacional, o que sujeita o policial a sanções disciplinares.” visto isto, o direito a imagem, assim presente na constituição, não pode deveria ser superior ao direito a vida do condutores.

A utilização de algemas é um meio de neutralização, um instrumento para conter, e não para defesa como trata o artigo 292º do código de processo penal.

“Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará autos subscrito também por duas testemunhas”.(Brasil, 1941)

O uso do apetrecho evita que o policial utilize da força, temas este que será debatido a seguir. Entretanto o uso de algemas tem por finalidade promover a segurança e reduzir o agravamento da

situação. Filho afirma que “em associar o emprego de algemas à força policial, quando na realidade a utilização das algemas acaba por neutralizar a força policial porque imobiliza o delinquente”. (2009, pg.7)

Privar a liberdade de alguém ou cercear o direito de locomover-se, mediada esta extrema do Estado, poderia este indivíduo tomar atitudes imprevisíveis, desde a dramatização de um choro, ou qualquer atitude que atentasse contra si mesmo ou ao condutor, na tentativa de ver-se livre. Diante deste cenário o Departamento de Polícia Federal Diretoria de Gestão de pessoas, requereu um parecer psicológico, para entender o nível de periculosidade que um indivíduo pode proporcionar, a seguinte redação relata:

“Diante do exposto, verifica-se a impossibilidade de uma previsão acertada do comportamento de uma pessoa, de sua reação diante de uma situação de estresse agudo como no momento de uma prisão. Além disso, o próprio policial encontra-se num estado de alerta, o que pode interferir na decisão do melhor procedimento a ser adotado. Diante dessa situação, uma padronização de procedimento é a opção mais adequada, tornando o ato de algemar em todas as situações a mais segura para todos envolvidos.” (SINDPOLDF, 2008)

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

As algemas são equipamentos que compõem os elementos individuais necessários para a incolumidade do operador de segurança pública. No Estado do Piauí ainda existe um déficit de algemas para a corporação de forma que não há ainda 1 (uma) algema disponível para cada operador de segurança pública, devendo tal déficit ser sanado

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

Atualmente existe um déficit de algemas para os agentes que atuam no policiamento ostensivo e investigativo, causando transtorno na execução de procedimentos de condução de suspeitos envolvidos em delitos, diante destes fatos, se faz necessário prover de condições, os agentes de polícia com equipamentos conforme doutrina de uso seletivo e proporcional da força. Além da adequação à doutrina citada é importante destacar que a Lei 13.060/2014, a Resolução CNJ nº 344/2020, tratam da necessidade dos agentes públicos, da área de segurança, disporem de instrumentos de menor potencial ofensivo, como equipamentos essenciais para o serviço de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

Aceitação, Recebimento e liberação para distribuição das algemas conforme levantamento feito pelas assessorias da Polícia Militar, sobre a necessidade de homem do seu efetivo. Após execução orçamentária e financeira, os objetos adquiridos serão distribuídos para os profissionais de segurança pública conforme a necessidade visando que cada operador do efetivo tenha um destes equipamentos.

Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;
 - do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
 - do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
 - dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
 - da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

Espera-se com a aquisição de algemas, prover casa operador com seu equipamento individual completo, dando meios ao profissional de preservar sua integridade física e poder escalar o uso da força de forma adequada.

Formas de mensuração:

Relatório circunstanciado da entrega da algaema para o efetivo das forças de segurança, com o respectivo registro do bem na Instituição de Segurança.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL	
AÇÃO 8 (META2): Aquisição algemas de pulso para a PC PI - VALOR DA AÇÃO 7 R\$ 500.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA	PC/PI

DIRETAMENTE:					
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Investimento: 0					
Custeio: R\$ 500.000,00					
Metas Específicas					
Aquisição de algemas adequadas a atividade policial para a PC/PI					
Indicadores					
Quantidade de algemas pagas para cada operador de segurança.					
Resultados Esperados					
50% do efetivo com no mínimo um par de algemas					
Formas de Mensuração					
Relatório com planilha demonstrativa do quantitativo de algemas acauteladas e reservadas na instituição.					
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjudicações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Fornecimento
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Prazo de entrega conforme edital	Prazo de entrega conforme edital	Recebimento Provisório	Recebimento Definitivo	Pagamento	Prestação de Contas

11 – Metas Individualizadas

10.1 AÇÃO 4 (META 4): Aquisição de Veículos especializados em combate a incêndio para o BM -

Contextualização do problema: Além das informações já apresentadas sobre a aquisição de veículos, o CBM/PI deve ter veículos leves de combate a incêndio a fim de ter capilaridade mediante a os de baixa intensidade.

Os Incêndios Florestais nos Cerrados e Caatingas ocorrem, normalmente, nos períodos de estiagem, estando, intrinsecamente, relacionados à redução da umidade. Contudo, a vegetação dominante no Estado, a milhões de anos, vem adaptando a estrutura de sua flora para superar e suportar alguns fenômenos. Assim, o tempo adaptou os troncos dos arbustos e árvores com cascas espessas, formando um isolante térmico natural. O Cerrado e a Caatinga passaram, também, a depender do fogo para sua existência, pois várias de suas espécies possuem sementes que dependem dos incêndios ocasionais para quebrar a sua dormência e iniciar o processo de germinação. Entretanto, o uso de técnicas predatórias, baseadas no uso do fogo, provocou inúmeros incêndios de proporções consideráveis, desestabilizando as adaptações constituídas pelo Cerrado para suportar a ação do fogo.

O quantitativo de áreas queimadas durante os incêndios está relacionado, na maioria das vezes, à dificuldade de aproximação da tropa junto aos flancos e frente do incêndio. Situação esta ocasionada

pelas próprias características naturais da região, tais como vegetação densa, acidentes topográficos ou mesmo pela falta de estradas vicinais, as quais facilitariam o trabalho de combate e, ainda, diminuiriam o tempo resposta da ocorrência.

O risco de incêndios danosos ao ambiente dependerá do grau de vulnerabilidade da vegetação e a falta de planos de trabalhos detalhados para a prevenção e o combate direto e indireto, necessitando sempre mantermos planejamentos estratégicos para atuação imediata no combate aos Incêndios Florestais, evitando que estes tomem proporções incontrolláveis, o que envolve a aquisição de equipamento para o combate.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

O CBM/PI possui baixa capilaridade operacional tendo apenas 5 veículos Auto Bomba Tanque – ABT de grande porte e difícil deslocamento em áreas sem infraestrutura de rodagem. Criando assim a demanda de veículos “leves” para pronto emprego no combate ao incêndio.

Viaturas que transportam água são fundamentais para apoio nas operações de combate aos Incêndios em locais mais afastados. Para esta finalidade, algumas diferenças entre as viaturas para atividades de combate a incêndios urbanos são necessárias devido, principalmente, ao local por onde tais veículos vão trafegar.

Existem diversos tipos de veículos para o combate a Incêndio em locais ermos. A configuração pode variar de caminhões com capacidade transportáveis para até 15.000 litros ou pick-up para 700 litros de água, devendo, ainda, ser provido de um sistema de suspensão reforçado e mecanismo de tração auxiliar. Seu sistema de bomba deve ser independente para que permita ao veículo transitar e, ao mesmo tempo, lançar água na vegetação.

Atualmente o Estado do Piauí não possui nenhum destes.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

Atualmente o Bombeiro Militar do Piauí não dispõe de configurações específicas de veículos para o combate a Incêndio, podendo dificultar a logística de atuação dos profissionais que atuam nas intervenções de incêndio, neste sentido a aquisição de viaturas com capacidade de tanque menores, visa incrementar o pronto atendimento à população no combate ao incêndio de pequenas proporções e ainda em incêndios florestais cuja o local é de difícil acesso.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

O reaparelhamento do Corpo de Bombeiro Militar nesta fase se dará por meio da aquisição de viaturas especializadas em combate a incêndio, os quais serão distribuídas conforme o planejamento do CBM anexo. Com a ampliação dos meios, buscar-se-á ampliar a presença da do CBM em todo estado, tendo pronto atendimento em cidades polo.

Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;
 - do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
 - do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
 - dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
 - da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

A utilização de Veículos especializados em combate a incêndio é crucial para todo Corpo de Bombeiro Militar, uma vez que o veículo, munido de equipamentos específicos, possibilitaria um tempo de resposta muito menor ao combate à focos de incêndio, cada vez mais comuns em períodos mais quentes, principalmente em regiões de mata seca, característica do semiárido do Estado. Espera-se ainda que os veículos proporcionem uma maior segurança à população do Estado, que necessita de resposta imediata frente a situações de grande risco.

Formas de mensuração:

Análise das ocorrências por meio dos registros do COPOM e tempo de resposta.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DO BOMBEIRO MILITAR					
AÇÃO 4 (META 4): Aquisição de Veículos especializados em combate a incêndio para o BM - VALOR DA AÇÃO 5 R\$ 1.500.000,00					
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:			CBM/PI		
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			Investimento: 1.742.000,00		
			Custeio: 0		
Metas Específicas			Aquisição de 6 viaturas especializadas em incêndio		
Indicadores			Quantidade de ocorrências atendidas simultaneamente em comparação com o ano anterior ao da implementação		
			Tempo de resposta conforme relatório do COPOM		
Resultados Esperados			Aumento de 10% da capacidade de atendimento de múltiplas ocorrências		
Formas de Mensuração			Relatório de quantidade de ocorrências atendidas simultaneamente em comparação com o ano anterior ao da implementação		
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjudicações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Fornecimento
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Prazo de entrega conforme edital	Prazo de entrega conforme edital	Recebimento Provisório	Recebimento Definitivo	Pagamento	Prestação de Contas

12 - OBJETIVOS: CONFORME A POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - PNSPDS - ART. 4º PORTARIA 483/2021:

II - apoiar as ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente e de bens e direitos;

11. IMPACTOS ESPERADOS: ART. 7º PORTARIA 483/2021:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;

- da vitimização dos profissionais de segurança pública;
- do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
- do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
- dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
- da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

13 - Assinatura:

Teresina, PI 16 de fevereiro de 2022

ANEXO I – Cursos de Aperfeiçoamento:

A -Cursos Comuns PM/PC

MÊS	CURSO	HORA/AULA
JANEIRO	Jiu-jítsu	64
	Taekwondo	16
	Defesa Policial Feminina	12
	Atendimento ao Público	8
	Noções de informática	20
	Gestão Policial	30
	APH	16
	CQB	8
	Inteligência cibernética e combate a lavagem de dinheiro	16
	Perícias em local de incêndio	20
FEVEREIRO	Jiu-jítsu	64
	Taekwondo	16
	Defesa Policial Feminina	12
	Atendimento ao Público	8
	Noções de informática	20
	Instrutor de APH	40
	Fundamento de Tiro*	40
	CQB	16
	Gestão Policial	30
	Análise em perfis de manchas de sangue - teoria e prática	20
	Algemamento e Imobilização	16
	MARÇO	Jiu-jítsu
Taekwondo		16
Defesa Policial Feminina		12
ABRIL	Jiu-jítsu	64
	Taekwondo	16
	Defesa Policial Feminina	12

MAIO	Jiu-jítsu	64
	Taekwondo	16
	Defesa Policial Feminina	12
JUNHO	Jiu-jítsu	64
	Taekwondo	16
	Defesa Policial Feminina	12
JULHO	Jiu-jítsu	64
	Taekwondo	16
	Defesa Policial Feminina	12
	II Curso de Operações Táticas Especiais	900
	Interceptação Telefônica – teoria e prática	12
	Crimes patrimoniais	16
	Crimes contra idosos	10
	Metodologias em atendimento a locais de crime – teoria e prática	20
	Investigação de crimes em ambiente digital	20
	Perícia contábil na Investigação Criminal	16
	Algernamento e Imobilização	16
AGOSTO	Jiu-jítsu	64
	Taekwondo	16
	Defesa Policial Feminina	12
	Coleta e análise de dados na Internet	12
	Investigação de crime em razão do gênero e raça	16
	Instrutor de tiro*	210
	Abordagem descaracterizada	16
	Retenção e contrarretenção	8
	CQB	16
	Balística Forense	20
	Tráfico de Drogas	16
	Desafios na atuação das Polícias em situações envolvendo menor vítima, autor e testemunha de ilícitos penais	8
	SETEMBRO	Jiu-jítsu
Taekwondo		16
Defesa Policial Feminina		12
Interceptação Telemática – teoria e prática		12
Fundamento de Tiro*		40
CQB		8
APH		16
Combate Velado		8
Balística de Combate		10
Crimes patrimoniais		16
Crimes contra idosos		10
Gestão Policial		30
OUTUBRO	Jiu-jítsu	64
	Taekwondo	16
	Defesa Policial Feminina	12
	Interceptação Telefônica – teoria e prática	12

	Investigação de crime em razão do gênero e raça	16
	APH	16
	Abordagem descaracterizada	16
	Patrulha rural	16
	Posições não ortodoxas	8
	Instrutor de APH	40
	Desafios na atuação das Polícias em situações envolvendo menor vítima, autor e testemunha de ilícitos penais	8
	Operador de Arma Longa*	24
	Retenção e contrarretenção	8
NOVEMBRO	Jiu-jítsu	64
	Taekwondo	16
	Defesa Policial Feminina	12
	Coleta e análise de dados na Internet	12
	Crimes patrimoniais	16
	Crimes contra idosos	10
	Operador de Arma Longa*	24
	APH	16
	Atualização em processo penal e direito penal	16
	Combate Velado	8
DEZEMBRO	Jiu-jítsu	64
	Taekwondo	16
	Defesa Policial Feminina	12
	Interceptação Telemática – teoria e prática	12
	Patrulha rural	16
	Posições não ortodoxas	8
	Tráfico de Drogas	16

B – Cursos Específicos do CBM

CURSOS	QUANT. DE ALUNOS	QUANT. DE INSTRUTORES	C/H
Curso de Habilitação a Oficiais	30	17	400 h/a
Curso Básico de Mergulho autônomo	10	05	200 h/a
Curso de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas	10	05	100 h/a
Curso de Abordagem Técnica a Tentativa de Suicídio	15	05	50 h/a
Curso de Atendimento Pré-hospitalar *	12	-	40 h/a
Curso de Resgate veicular	12	03	50 h/a
Nivelamento de Técnica de Utilização e Manutenção de Motosserra	16	02	120 h/a
Nivelamento de Busca Terrestre	20	04	120 h/a
Nivelamento de Incêndio Urbano	20	04	120 h/a
Nivelamento de Salvamento em Altura e Espaço Confinado	15	05	120 h/a
Nivelamento em salvamento terrestre	16	02	120 h/a
Nivelamento de Busca com Cães	16	04	120 h/a
Nivelamento de Prevenção e Combate a Incêndio Florestal	16	02	120 h/a
Nivelamento de Guarda-Vidas	16	02	120 h/a
Nivelamento de Sistema e Comando de Incidente	16	02	120 h/a
Nivelamento de Resgate Tático	16	01	120 h/a
Nivelamento de PRONIBUS	16	01	40 h/a